

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Gabriela da Silva Giacumuzzi

# **Acessibilidade Arquitetônica em Diferentes Tipologias de Biblioteca**

Porto Alegre

2013

Gabriela da Silva Giacumuzzi

# **Acessibilidade Arquitetônica em Diferentes Tipologias de Biblioteca**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia, na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliane L. da Silva Moro

Porto Alegre

2013

## **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Reitor: Prof. Dr. Carlos Alexandre Netto

Vice Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

## **FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO**

Diretor: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Maria Mielniczuk de Moura

Vice Diretor: Prof. André Iriburi Rodrigues

## **DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO**

Chefe: Prof<sup>a</sup> Dra<sup>a</sup> Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Vice Chefe: Prof. Dr. Valdir José Morigi

## **COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DA BIBLIOTECONOMIA**

Coordenadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Samile Andréa de Souza Vanz

Vice Coordenadora: Prof<sup>a</sup>. Me. Glória Isabel Sattamini Ferreira

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

G429a Giacomuzzi, Gabriela da Silva  
Acessibilidade Arquitetônica em Diferentes Tipologias de  
Bibliotecas / Gabriela da Silva Giacomuzzi. – Porto Alegre:  
UFRGS/FABICO, 2013.  
98 f. : il. ; 29,7 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de  
Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, RS, 2013.  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eliane Lourdes da Silva Moro.

1. Acessibilidade 2. Bibliotecas Escolares 3. Bibliotecas  
Especializadas 4. Bibliotecas Públicas 5. Bibliotecas  
Universitárias I. Moro, Eliane Lourdes da Silva. II. Título.

CDU: 027

Departamento de Ciências da Informação

Rua Ramiro Barcellos, 2705, Bairro Santana

Porto Alegre/RS - CEP: 90.035-007

Tel.: (51) 3308.5067

Fax: (51) 3308.5435

E-mail: dci@ufrgs.br

Gabriela da Silva Giacumuzzi

# **Acessibilidade Arquitetônica em Diferentes Tipologias de Biblioteca**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia, na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliane L. da Silva Moro

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

## **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliane Lourdes da Silva Moro

Orientadora

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lizandra Brasil Estabel

Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Campus Porto Alegre

## AGRADECIMENTOS

Assim como elaborar um TCC, percebi que é uma árdua tarefa em poucas palavras agradecer todas as pessoas que de uma forma ou outra colaboraram comigo para que chegasse até este TCC, mas por mais difícil que seja a tarefa, não posso negligenciá-la.

Primeiramente, gostaria de agradecer minha família, principalmente meus pais Maurel e Marinês, e meu irmão Guilherme, por todos os apoios dados ao longo desses quatro anos. Estendo meus agradecimentos para meus avós Milton e Marli e minha tia-avó Benta. E também meus cachorros Billy, Fernando, Mileyde, Paloma e Windy, que como fazem parte da família também contribuem com amor e carinho.

Em segundo lugar, à UFRGS e à FABICO, e ao agradecer à Universidade e à Faculdade, estou agradecendo todos seus servidores e funcionários que mesmo que nós alunos não saibamos, estão colaborando com a estrutura para que possamos estudar e usufruir dos serviços da UFRGS.

Aos colegas e professores, foi um grande prazer poder conhecê-los e compartilhar com vocês esses quatro anos de Graduação.

Ao Projeto de Leitura Vivendo Histórias, e todos os voluntários e idosos que participam deste projeto de extensão que demonstra o quanto a biblioteca pode contribuir com a mediação de leitura para com aqueles que não podem chegar até ela.

Às bibliotecárias Graciela Travessas e Kátia Soares Coutinho que me orientaram em meus dois estágios e muito contribuíram na aprendizagem das questões práticas da profissão.

Ao escritório Dulac Müller Advogados, onde tive oportunidade de poder colocar em prática alguns saberes adquiridos no curso de Biblioteconomia.

Aos bibliotecários Filipe Xerxeneski da Silveira, Magda De Conto, Jacqueline Mative e Viviane Carrion Castanho e suas equipes, que abriram as portas de suas bibliotecas para que a pesquisa para o TCC pudesse ser realizada, e deram todo o apoio e suporte necessário para a coleta dos dados nas bibliotecas.

Às professoras Dr<sup>a</sup> Maria do Rocio Fontoura Teixeira e Dr<sup>a</sup> Lizandra Brasil Estabel que aceitaram fazer parte da minha banca e pelo privilégio de estar trabalhando com ambas no Curso de Capacitação em Informação, Acessibilidade e Direitos Humanos para Servidores Públicos Federais (CAPADHIA).

E finalmente, agradeço à professora Dr<sup>a</sup> Eliane Lourdes da Silva Moro, e tento transpor para palavras toda minha gratidão por tudo que pude aprender ao longo dos anos de monitoria. Professora Eliane tornou-se um exemplo de bibliotecária, profissional e pessoa desde meu primeiro dia de aula com ela, e este exemplo levarei ao longo de minha vida. Serei sempre agradecida por todo incentivo para ousar ir além e para usar toda minha capacidade. Obrigada pela ótima orientação no TCC!

*“A distância é nada quando se tem um motivo.”*

Jane Austen (1775 – 1817)

## RESUMO

O estudo verifica como ocorre a acessibilidade arquitetônica e física e acessibilidade de mobiliário e equipamentos em diferentes tipologias de bibliotecas e como os padrões de acessibilidade transcendem os tipos de bibliotecas. Desenvolve uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa por meio de um estudo de caso múltiplo cujos sujeitos são uma biblioteca escolar, uma biblioteca especializada, uma biblioteca pública e uma biblioteca universitária. Utiliza uma lista de verificação chamada Instrumento de Avaliação das Condições de Acessibilidade em Bibliotecas para obter os dados necessários para a análise das condições de acessibilidade presentes nas bibliotecas do estudo. Os dados obtidos na observação e aplicação do Checklist são analisados para apontar os requisitos em que as bibliotecas atendem ou deixam de atender aos padrões de acessibilidade necessários para atenderem o que está de acordo com o exigido pela legislação brasileira, sendo acessíveis ou inacessíveis no atendimento a tais padrões. Embasa o estudo por meio do referencial teórico que apresenta a legislação brasileira referente aos direitos das pessoas com deficiência e conceitua biblioteca acessível, biblioteca escolar, biblioteca especializada, biblioteca pública e biblioteca universitária. Aponta que as bibliotecas não atendem todos os quesitos de acessibilidade arquitetônica e física em seus ambientes. Conclui que o respeito à legislação brasileira e o atendimento às diretrizes das Normas Brasileiras Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas são fundamentais para que as bibliotecas sejam acessíveis para todas as pessoas.

**Palavras-chave:** Acessibilidade. Biblioteca Escolar. Biblioteca Especializada. Biblioteca Pública. Biblioteca Universitária.



## ABSTRACT

The study checks how the architectural and physical accessibility and accessibility of furniture and equipment in different types of libraries and how accessibility standards is beyond the types of libraries . Develops an exploratory qualitative research through a multiple case study whose subjects are a school library , a specialized library , a public library and a university library . Uses a checklist called Instrument of Avaliation of Conditions Accessibility in Libraries to obtain the data needed for the analysis of accessibility conditions present in the study libraries . The data obtained in the observation and application of Checklist are analyzed to point out the requirements that libraries meet or fail to meet accessibility standards required to meet what is required according to the Brazilian legislation , being accessible or inaccessible in meet such standards . Basing the study through the theoretical framework that presents Brazilian legislation concerning the rights of persons with disabilities and conceptualizes library, school library , specialized library , public library and university library . Points out that libraries do not meet all requirements for architectural and physical accessibility in their environments . Concludes that compliance with Brazilian legislation and compliance with standards of the Brazilian Technical Standards of Brazilian Association of Technical Standards are fundamental to the libraries to be accessible to all people .

**Keywords:** Accessibility. School Library. Specialized Library. Public Library. University Library.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Símbolo Internacional de Acesso	20
Figura 2	Símbolo Internacional da Surdez	20
Figura 3	Botões para Acionar Elevador do TRF4	55
Figura 4	Elevador do TRF4	56
Figura 5	Porta de Entrada da Biblioteca Central da UFRGS	59
Figura 6	Porta de Entrada da Biblioteca Clóvis Vergara Marques	60
Figura 7	Guarda-volumes da Biblioteca Clóvis Vergada Marques	63
Figura 8	Guarda-volumes da Biblioteca do TRF4	63
Figura 9	Guarda-volumes da Biblioteca Central da UFRGS	64
Figura 10	Capacho da Biblioteca Central da UFRGS	65
Figura 11	Desnível no Chão da Biblioteca do TRF4	66
Figura 12	Escadas da Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães	67
Figura 13	Colunas no Corredor da Biblioteca Central da UFRGS	69
Figura 14	Rota Acessível da Entrada ao Balcão de Atendimento ao Usuário	71
Figura 15	Balcão de Atendimento da Biblioteca Central da UFRGS	72
Figura 16	Mesa da Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães	74
Figura 17	Mesa retangular da Biblioteca Central da UFRGS	75
Figura 18	Mesa com Computador da Biblioteca do TRF4	75
Figura 19	Terminal de Consulta da Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães	76
Figura 20	Distância Mínima Entre as Estantes	77
Figura 21	Demonstração de Largura Entre as Estantes da Biblioteca Central da UFRGS	78
Figura 22	Barra Metálica da Estante da Biblioteca Central da UFRGS	79
Figura 23	Estantes da Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães	79
Figura 24	Estantes da Biblioteca Clóvis Vergara Marques	80

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Comparativo Entre o Decreto Nº 5.296/2004 e o Projeto de Lei Nº 7.699/2006	23
Quadro 2	Relação das Bibliotecas do Estudo	50
Quadro 3	Legendas das Siglas Utilizadas no Checklist	53
Quadro 4	Altura dos Elementos Condutores de Eletricidade	62
Quadro 5	Extensão do Corredor e sua Largura Mínima Correspondente	68
Quadro 6	Quesitos de Acessibilidade do Checklist	73

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
Checklist	Instrumento de Avaliação das Condições de Acessibilidade em Bibliotecas
CI	Ciências da Informação
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IFLA	Federação Internacional de Associação de Bibliotecas e Instituições
IFRS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
N/A	Não Se Aplica
NBR	Norma Brasileira
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PL	Projeto de Lei
PROEJA	Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SBU	Sistema de Bibliotecas da UFRGS
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
TRF4	Tribunal Regional Federal da 4ª Região
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>ACESSIBILIDADE, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA</b>	<b>17</b>
<b>3</b>	<b>BIBLIOTECAS ACESSÍVEIS</b>	<b>28</b>
<b>4</b>	<b>BIBLIOTECAS E SUA TIPOLOGIA</b>	<b>33</b>
4.1	BIBLIOTECAS ESCOLARES	35
4.2	BIBLIOTECAS ESPECIALIZADAS	38
4.3	BIBLIOTECAS PÚBLICAS	41
4.4	BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	45
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>48</b>
<b>6</b>	<b>CONTEXTO E SUJEITOS DO ESTUDO</b>	<b>50</b>
6.1	BIBLIOTECA CLÓVIS VERGARA MARQUES	50
6.2	BIBLIOTECA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO	51
6.3	BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL JOSUÉ GUIMARÃES	52
6.4	BIBLIOTECA CENTRAL DA UFRGS	52
<b>7</b>	<b>INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS E ANÁLISE DE DADOS</b>	<b>53</b>
7.1	ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA	53
7.1.1	<b>Entorno da Biblioteca</b>	<b>54</b>
7.1.2	<b>Estacionamento da Biblioteca</b>	<b>57</b>
7.1.3	<b>Entrada da Biblioteca</b>	<b>57</b>
7.1.4	<b>Espaços Internos da Biblioteca</b>	<b>61</b>
7.1.5	<b>Pisos</b>	<b>64</b>
7.1.6	<b>Capachos, Forrações, Carpetes e Tapetes</b>	<b>65</b>
7.1.7	<b>Desníveis, Degraus, Escadas Fixas, Rampas e Corrimãos</b>	<b>65</b>

<b>7.1.8</b>	<b>Corredores</b>	<b>68</b>
<b>7.1.9</b>	<b>Sanitários</b>	<b>69</b>
<b>7.2</b>	<b>ACESSIBILIDADE DO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS</b>	<b>70</b>
<b>7.2.1</b>	<b>Balcão de Atendimento ao Usuário</b>	<b>70</b>
<b>7.2.2</b>	<b>Mesas ou Superfícies para Trabalho, Leitura e/ou Estudo</b>	<b>72</b>
<b>7.2.3</b>	<b>Computadores/ Terminais de Consulta</b>	<b>76</b>
<b>7.2.4</b>	<b>Estantes</b>	<b>77</b>
<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>82</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>84</b>
	<b>ANEXO A</b>	<b>95</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas, em suas diferentes tipologias, estão voltadas para atender seus usuários e dentre esses usuários, há pessoas com deficiência. As bibliotecas por estarem inseridas em diversos contextos sociais, devem estar preparadas para atender, plenamente, todos os quesitos de acessibilidade, levando em consideração que as medidas de acessibilidade não são somente voltadas para as pessoas com deficiência, mas a acessibilidade é para todos porque todos nós somos diferentes.

Todos os usuários de bibliotecas são beneficiados quando as bibliotecas são acessíveis, desde a criança na biblioteca escolar até o idoso na biblioteca pública, passando também pelos profissionais que fazem uso das bibliotecas especializadas, ou dos docentes e discentes acadêmicos que fazem uso da biblioteca universitária, a acessibilidade nas bibliotecas abrange todos os cidadãos que podem utilizar os serviços de uma ou mais bibliotecas.

No Brasil, há uma legislação específica que garante os direitos das pessoas com deficiência também prevista pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que por meio de suas normas técnicas, orienta sobre as diretrizes de acessibilidade arquitetônica que devem ser atendidas em prédios públicos, sendo que seus gestores tem a obrigação de cumprirem as leis e seguirem, também, as diretrizes da ABNT. Dessa forma, as bibliotecas sejam qual for sua tipologia, cuja jurisdição seja instituições públicas, presentes em prédios públicos e mantidas por recursos públicos, há a necessidade dos bibliotecários conhecerem as leis e normas técnicas sobre acessibilidade arquitetônica para as práticas de gestão em bibliotecas.

Verifica-se que a acessibilidade arquitetônica é uma temática que aos poucos está fazendo parte das produções científicas de Ciências da Informação (CI) e Biblioteconomia. Com isso, esse trabalho contribuirá como referência para Acessibilidade em Bibliotecas, além de contribuir na acessibilidade arquitetônica das bibliotecas transcendendo suas tipologias. Por meio da avaliação de acessibilidade arquitetônica em bibliotecas, este estudo pretende mostrar que tais quesitos de acessibilidade podem e devem ser atendidos por todas as tipologias de bibliotecas.

Este trabalho, também pretende mostrar como a acessibilidade pode contribuir para que a biblioteca atenda suas funções informacional, educacional, recreativa, cultura e social. Entende-se que para a melhoria de qualquer biblioteca,

acima de tudo, ela deve ser uma biblioteca acessível para atender todos os usuários, sem distinção alguma e sem a criação de barreiras que impeçam o usuário do acesso à informação.

Dessa maneira, o problema a ser investigado no estudo será: como ocorre a acessibilidade arquitetônica em bibliotecas, no que tange à legislação brasileira vigente, sobre acessibilidade em prédios públicos?

O estudo será norteado pelo objetivo geral de verificar como ocorre a acessibilidade arquitetônica em bibliotecas no atendimento à legislação brasileira vigente sobre acesso em prédios públicos. Subsequentemente para alicerçar seu objetivo geral, três objetivos específicos são estabelecidos para o desenvolvimento deste estudo: identificar a acessibilidade arquitetônica nas bibliotecas do estudo, de acordo com o entorno da biblioteca, seu ambiente físico, mobiliários e equipamentos, verificar o atendimento à acessibilidade por meio da aplicação de Checklist e avaliar a acessibilidade arquitetônica nas diferentes tipologias de bibliotecas públicas em prédios públicos, de acordo com a legislação vigente.

Para embasar o estudo, o referencial teórico apresenta uma seção sobre acessibilidade, a pessoa com deficiência e a legislação brasileira, na qual consta um levantamento histórico das leis e decretos vigentes que garantem os direitos das pessoas com deficiência na sociedade brasileira, e nas leis que regulamentam as normas técnicas da ABNT como as diretrizes de acessibilidade arquitetônica que devem ser seguidas pelas instituições brasileiras, e define quem são as pessoas com deficiência de acordo com a legislação.

A seção seguinte contextualiza a Biblioteca Acessível, trazendo sua definição e como se pode atingir a acessibilidade nas bibliotecas por meio do Desenho Universal. Logo após, apresenta-se a seção que contextualiza as bibliotecas e suas tipologias, além de abordar características gerais de todas as bibliotecas, características de bibliotecas escolares, bibliotecas especializadas, bibliotecas públicas e bibliotecas universitárias, apresentando seus usuários, seus acervos e seus objetivos.

Após o referencial teórico, a seção subsequente aborda a metodologia utilizada neste trabalho, caracterizando o tipo de pesquisa elaborada e os instrumentos de coletas de dados. Segue-se pela contextualização dos sujeitos, identificando as bibliotecas que fazem parte do estudo. Por meio da coleta e análise de dados, o procedimento consiste na análise dos dados das bibliotecas e os



resultados obtidos sobre a avaliação de acessibilidade física e arquitetônica em seus ambientes físicos, dessa forma verificando como ocorre a acessibilidade arquitetônica nas bibliotecas de diferentes tipologias, respondendo à pergunta de investigação e atendendo aos objetivos propostos para o estudo.

## **2 ACESSIBILIDADE, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA**

A atual Sociedade do Conhecimento caracteriza-se como um grande avanço das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs) além do desenvolvimento acelerado no âmbito da comunicação, da informação e também da educação, tendo como processo, a aprendizagem. No entanto, esse avanço acelerado trouxe como consequência, a exclusão na sociedade do conhecimento apresentando a distância entre as TICs, dos que dominam e aqueles que nem sequer tem acesso, causando assim a desigualdade social. Segundo Moro e Estabel (2012, p. 72) as TICs possibilitam a inclusão social e a inclusão digital exercendo a função de

[...]instrumentos de mediação entre os sujeitos em uma sociedade na qual o acesso à informação é considerado um direito de todos os cidadãos, desde a década de 1940, através da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Assembléia Geral das Nações Unidas (ONU)".

As autoras ainda afirmam que,

Uma sociedade igualitária compreende uma sociedade que aceita os diferentes e que cresce com as diferenças, uma sociedade inclusiva, sem miséria, sem injustiça, sem exploração social e econômica, sem marginalização social, uma sociedade sem exclusão. Exclusão significa estar à margem, sem possibilidade de participação, seja na vida social como um todo, seja em algum de seus aspectos, seja no acesso à informação. (MORO; ESTABEL, 2012, p.72).

Nesse contexto, poder-se-ia afirmar que esta sociedade igualitária, está contida inicialmente nas premissas da Declaração Universal dos Direitos Humanos, como observado no Artigo VI que diz que "toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei" (ONU, 1948) e no Artigo XXI que afirma: "Toda pessoa tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país." (ONU, 1948). Uma sociedade inclusiva compreende o processo de cooperação, de solidariedade, de respeito, compreensão e aceitação às diferenças, da vivência em comunidade, da valorização das diferenças, da melhoria e da qualidade de vida para todas as pessoas e do exercício da cidadania. Essa sociedade inclusiva pode ser caracterizada como a sociedade que possibilita o acesso à informação e ao conhecimento, utilizando o processo de interação com o

outro e o grupo social, tendo como chave de acesso a inclusão de todas as pessoas, inclusive as pessoas com deficiência. Uma sociedade inclusiva é uma sociedade que aprende a conviver com a diversidade.

Segundo dados do censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem atualmente 45 milhões de brasileiros, autodeclarados como pessoas com deficiência, atingindo o percentual de 23,9% da população brasileira. Estão contidos neste percentual, 1,4% de pessoas com deficiência mental, 7% de pessoas com deficiência física, 18,5% com deficiência visual e 5,1% com deficiência auditiva (IBGE, 2010).

Neste grande contingente de pessoas com deficiência, surge a necessidade de possibilitar que as pessoas com deficiência participem de atividades que incluem o acesso ao uso de produtos e serviços, à informação, à comunicação, aos equipamentos e programas, entre outros. A acessibilidade é definida, segundo a ABNT, na Norma Brasileira (NBR) 9050/2004 como “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”. Complementando, a acessibilidade está relacionada em propiciar

condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2004a).

Portanto, acessibilidade compreende a maneira de facilitar o acesso das pessoas em qualquer espaço, ou o direito de ir e vir de qualquer cidadão, resultando em uma sociedade acessível exercendo a cidadania para todas as pessoas com plenos direitos que a legislação abrange.

A legislação brasileira visa regulamentar e orientar a sociedade brasileira quanto aos seus direitos e deveres, e punir quem não cumpre as leis. A legislação sempre tende a acompanhar as mudanças ocorridas na sociedade, fator que se evidencia na alteração, adaptação e criação de leis anualmente. As leis também têm por objetivo regular o funcionamento das instituições públicas e serviços públicos, além de criar diretrizes para o funcionamento legal de todo tipo de instituição, organização, associação, entre outros.

Vivemos em um país que se caracteriza, dentre tantos outros aspectos, com vigência de grande elenco de leis, em todos os âmbitos da sociedade abrangendo diversificados e inúmeros aspectos e, na sua maioria ou quase totalidade desconhecidas dos brasileiros.

No decorrer das últimas décadas, principalmente, após a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e da Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (1975), ambas declarações proclamadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), as questões ligadas aos direitos humanos e às pessoas com deficiência passaram a ser consideradas na legislação brasileira. Muito embora a promulgação de legislação específica, tratando sobre acessibilidade e, em vigor há mais de seis décadas, a inclusão social tem sido acentuada nas duas últimas décadas (1990 em diante).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos trata que todas as pessoas nascem iguais podendo usufruir dos direitos e da liberdade sem quaisquer espécies de distinção ou discriminação. Todos tem o direito à vida, à liberdade, ao trabalho, à educação, à cultura, às artes, entre outros e, principalmente, à igualdade (ONU, 1948). A Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes ratifica os direitos humanos e estabelece a relação de igualdade de direitos das pessoas com deficiência como todas as demais pessoas (ONU, 1975).

No contexto brasileiro, a Lei Nº 4.613, decretada em abril de 1965, isenta taxas aduaneiras e impostos de importação e consumo para os veículos especiais para pessoas com deficiência física que estão impossibilitadas de utilizar veículos normais (BRASIL, 1965).

Décadas depois é sancionada a Lei Nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982, que trata sobre pensões especiais para deficientes físicos que possuem a Síndrome da Talidomida (BRASIL, 1982). A Síndrome de Talidomida ocorre pelo uso da medicação Talidomida durante a gravidez, causando diversas complicações ao feto e ocasionando deficiência física ou múltipla devido aos problemas na formação do feto. A Lei Nº 12.190, de 13 de janeiro de 2010 concede indenização por dano moral para as pessoas com deficiência física pelo uso da Talidomida e altera a Lei nº 7.070/1982 identificando que essa indenização por dano moral pode ser acumulável junto com a pensão especial (BRASIL, 2010b). O Decreto Nº 7.235, de 19 de julho de 2010 regulamenta a Lei 12.190/2010, estabelecendo as diretrizes para o recebimento da indenização de dano moral (BRASIL, 2010a).

Em 12 de novembro de 1985, por meio da Lei Nº 7.405 torna-se obrigatória a colocação do Símbolo Internacional de Acesso (Figura 1) em todos locais e serviços que podem ser acessados e utilizados por pessoas com deficiência (BRASIL, 1985).

Figura 1 – Símbolo Internacional de Acesso



Fonte: ABNT, 2004.

Posteriormente é decretada a Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 que visa estabelecer normas gerais para a integração social das pessoas com deficiência nas áreas da saúde, da educação, dos recursos humanos, da formação profissional e do trabalho (BRASIL, 1989). Dez anos depois é publicado o Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei Nº 7.853/1989, e dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, composta por um conjunto de instruções normativas para assegurar os direitos das pessoas com deficiência (BRASIL, 1999a).

Ainda na década de 90, é sancionada a Lei Nº 8.160, de 8 de Janeiro de 1991 que torna obrigatória a colocação do Símbolo Internacional da Surdez (Figura 2) nos locais e serviços que podem ser acessados e utilizados pelos surdos e pessoas com deficiência auditiva (BRASIL, 1991b). No mesmo ano, o Decreto Nº 129, de 22 de maio de 1991 promulga a Convenção Nº 159, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes (BRASIL, 1991a).

Figura 2 – Símbolo Internacional da Surdez



Fonte: ABNT, 2004.

Em 1993, a Lei Nº 8.686, de 20 de julho de 1993 reajusta as pensões dadas pelo Estado às pessoas com deficiência física com Síndrome de Talidomida conforme está instituído pela Lei Nº 7.070/1982 (BRASIL, 1993a). E também, a Lei Nº 8.687, de 20 de julho de 1993 que institui que quaisquer rendimentos recebidos por pessoas com deficiência intelectual não serão rendimentos tributáveis no Imposto de Renda (BRASIL, 1993b).

A Lei Nº 8.899, de 29 de junho de 1994 possibilita o direito ao passe livre no transporte coletivo interestadual às pessoas com deficiência que forem comprovadamente carentes (BRASIL, 1994). O Decreto Nº 3.691, de 19 de dezembro de 2000 regulamenta a Lei Nº 8.899/1994 por meio da obrigação de reservar dois assentos para as pessoas com deficiência beneficiadas (BRASIL, 2000a).

Já com a Lei Nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, a pessoa com deficiência tem direito à isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para aquisição de automóveis (BRASIL, 1995), e por meio da Lei Nº 10.182, de 12 de fevereiro de 2001, a vigência da Lei Nº 8.989/1995 é restaurada (BRASIL, 2001b).

A Lei Nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, concede o atendimento prioritário e assentos reservados no transporte coletivo público para pessoas com deficiência, e também para idosos, gestantes, lactantes e pessoas com criança de colo. No Art. 5º desta Lei é estabelecido que os veículos de transporte coletivo público devem ser produzidos de modo a facilitar o acesso das pessoas com deficiência (BRASIL, 2000b).

Seguindo, a Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, decreta normas gerais e básicas para a acessibilidade das pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida. A referida Lei trata da acessibilidade nos elementos da urbanização, no mobiliário urbano, nos edifícios públicos e de uso coletivo ou privado, nos veículos de transporte coletivo, na comunicação e sinalização, além de indicar que os parâmetros de acessibilidade devem estar de acordo com a ABNT, consolidando as NBRs como as diretrizes para acessibilidade. Essa Lei já considera a acessibilidade como um meio determinante para a eliminação das barreiras que são conceituadas como “[...] qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas.” (BRASIL, 2000c).

No ano seguinte, pelo Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001, é promulgada a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (BRASIL, 2001a). Essa convenção enfatiza o dever dos Estados Americanos em tomarem as medidas necessárias para acabar com a discriminação e desigualdade das pessoas com deficiência.

Por outro lado, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é reconhecida legalmente como a língua oficial da comunidade surda por meio da Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, garantindo que a LIBRAS não pode ser substituída pela modalidade escrita da Língua Portuguesa e reconhecendo que é uma língua de natureza visual-motora estruturada por gramática própria (BRASIL, 2002). O Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 regulamenta a Lei Nº 10.436/2002, no Art. 2º é conceituado surdo e pessoa com deficiência auditiva:

Para os fins deste decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

*Parágrafo único.* Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000 Hz e 3.000 Hz. (BRASIL, 2005a).

Por meio da Lei Nº 10.845, de 5 de março de 2004 é instituído o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência (BRASIL, 2004b). A execução do programa era realizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que suspendeu a execução por meio da Resolução Nº 33, de 4 de julho de 2008 (BRASIL, 2008).

Em 02 de dezembro de 2004, estabelece-se o Decreto Nº 5.296 que regulamenta a Lei Nº 10.098/2000, e apresenta a categorização das pessoas com deficiência de acordo com sua limitação (BRASIL, 2004a). Já em 2006, o Projeto de Lei Nº 7.699, transcorre no Senado Federal instituindo o Estatuto do Portador de Deficiência (BRASIL, 2006b). O Quadro 1 apresenta as definições, em um comparativo entre o Decreto Nº 5.296/2004 e o projeto de Lei Nº 7.699/2006.

Quadro 1 - Comparativo entre o Decreto Nº 5.296/2004 e o Projeto de Lei Nº 7.699/2006

Decreto Nº 5.296/2004	Projeto de Lei Nº 7.699/2006
	Art. 2º: Considera-se deficiência toda restrição física, intelectual ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária e/ou atividades remuneradas, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social, dificultando sua inclusão social, enquadrada em uma das seguintes categorias:
a) deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;	I - deficiência física: a) alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros ou face com deformidade congênita ou adquirida; b) lesão cerebral traumática: compreendida como uma lesão adquirida, causada por força física externa, resultando em deficiência funcional total ou parcial ou deficiência psicomotora, ou ambas, e que comprometem o desenvolvimento e/ou desempenho social da pessoa, podendo ocorrer em qualquer faixa etária, com prejuízos para as capacidades do indivíduo e seu meio ambiente;
b) deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;	II - deficiência auditiva: a) perda unilateral total; b) perda bilateral, parcial ou total média de 41 dB (quarenta e um decibéis) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz;
c) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;	III - deficiência visual: a) visão monocular; b) cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,5 e 0,05 no melhor olho e com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; a ocorrência simultânea de qualquer uma das condições anteriores;



<p>d) deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: 1. comunicação; 2. cuidado pessoal; 3. habilidades sociais; 4. utilização dos recursos da comunidade; 5. saúde e segurança; 6. habilidades acadêmicas; 7. lazer; e 8. trabalho;</p>	<p>IV - deficiência intelectual: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação no período de desenvolvimento cognitivo antes dos 18 (dezoito) anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) comunicação;</li> <li>b) cuidado pessoal;</li> <li>c) habilidades sociais;</li> <li>d) utilização dos recursos da comunidade;</li> <li>e) saúde e segurança;</li> <li>f) habilidades acadêmicas;</li> <li>g) lazer;</li> <li>h) trabalho;</li> </ul>
	<p>V – surdocegueira: compreende a perda concomitante da audição e da visão, cuja combinação causa dificuldades severas de comunicação e compreensão das informações, prejudicando as atividades educacionais, vocacionais, sociais e de lazer, necessitando de atendimentos específicos, distintos de iniciativas organizadas para pessoas com surdez ou cegueira;</p>
	<p>VI - autismo: comprometimento global do desenvolvimento, que se manifesta tipicamente antes dos 3 (três) anos, acarretando dificuldades de comunicação e de comportamento, caracterizando-se freqüentemente por ausência de relação, movimentos estereotipados, atividades repetitivas, respostas mecânicas, resistência a mudanças nas rotinas diárias ou no ambiente e a experiências sensoriais;</p>
	<p>VII - condutas típicas: comprometimento psicossocial, com características específicas ou combinadas, de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos e/ou psiquiátricos, que causam atrasos no desenvolvimento e prejuízos no relacionamento social, em grau que requeira atenção e cuidados específicos em qualquer fase da vida;</p>
<p>e) deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.</p>	<p>VIII - deficiência múltipla: associação de duas ou mais deficiências, cuja combinação acarreta comprometimentos no desenvolvimento global e desempenho funcional da pessoa e que não podem ser atendidas em uma só área de deficiência.</p>

Por se tratar de um Projeto de Lei (PL) seu teor ainda poderá ser modificado, inclusive as definições acima citadas, pois sua redação final não está definida. Desde 2006 até 2013, o PL 7699/2006 vem sendo discutido e analisado no Senado Federal e traz outros PL apensados. Se vier a ser estabelecido o Estatuto da Pessoa com Deficiência, será um grande passo para o estabelecimento dos direitos da pessoa com deficiência e a necessidade do aumento de políticas públicas para atender tais direitos e garantir a cidadania das pessoas com deficiência.

Nesse mesmo ano de 2004, a ABNT publica a segunda edição da NBR 9050 intitulada *Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos*. Esta norma regulamenta variados padrões de acessibilidade para diversos ambientes. A NBR 9050/2004 define acessibilidade como a “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos.” (ABNT, 2004, p. 2). E define como acessível o “Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida.” (ABNT, 2004, p. 2).

A Lei Nº 11.126, de 27 de junho de 2005, garante o direito das pessoas com deficiência visual de ingressarem e permanecerem em veículos de transporte coletivo público em todas as modalidades e nos estabelecimentos públicos e privados de uso coletivo acompanhados de cão-guia (BRASIL, 2005b). O Decreto Nº 5.904, de 21 de setembro de 2006 regulamenta a Lei Nº 11.126/2005 orientando a pessoa com deficiência visual de como garantir seus direitos de permanecer nos locais acompanhado de seu cão-guia e nos locais onde fica proibida a entrada do cão-guia, alguns exemplos são setores de isolamento, quimioterapia, centro cirúrgico de unidades de saúde, entre outros. Este Decreto também estabelece multa para os estabelecimentos que impedirem ou dificultarem a entrada da pessoa com deficiência visual acompanhada de cão-guia, e proíbe que seja exigido o uso de focinheira no cão (BRASIL, 2006a).

Em 14 de julho de 2005, a publicação da Lei Nº 11.133 institui o Dia Nacional da Luta da Pessoa Portadora de Deficiência (BRASIL, 2005c). A data comemorativa fica definida para 21 de setembro.

Em 25 de agosto de 2009, o Decreto Nº 6.949 promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, proclamada pela ONU, em que o Art. 1º identifica que

O propósito da presente Convenção é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente. (BRASIL, 2009).

E todos esses caminhos percorridos pela legislação brasileira, encaminharam-se para o Decreto Nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, que institui o Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Plano Viver Sem Limite, com atuação em quatro eixos: o acesso à informação, atenção à saúde, inclusão social e acessibilidade.

O Plano Viver Sem Limite prevê o investimento em novas ações governamentais para as pessoas com deficiência e nas ações já existentes, tornando-se mais um amparo legal para que as pessoas com deficiência tenham seus direitos garantidos. O Art. 2º do plano diz que:

São consideradas pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2011).

O Plano Viver Sem Limite prevê um investimento de R\$ 7,6 bilhões até 2014, por meio de ações que contemplem um ou mais dos quatro eixos contribuindo na igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência no Brasil para que possam exercer plenamente sua cidadania.

Contudo avanços legais ainda são obtidos em 2012. A Lei Nº 12.622, de 8 de março de 2012 institui o Dia Nacional do Atleta Paralímpico (BRASIL, 2012a). E em 27 de dezembro de 2012, a Lei Nº 12.764 institui Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, considerando o autista como pessoa com deficiência (BRASIL, 2012b).

As Leis e Decretos elencados neste texto formam a legislação brasileira específica sobre pessoas com deficiência. Contudo em outras Leis e Decretos há a presença de artigos ou parágrafos que se referem às pessoas com deficiência. Ao

observar o contexto legislativo apresentado, percebe-se que as primeiras Leis e Decretos estavam voltados para questões financeiras como isenção de impostos e taxas ou pagamentos de pensões. E no decorrer dos anos, passou-se a considerar os demais direitos das pessoas com deficiência, o que está bem evidenciado no Plano Viver Sem Limite que tem como principal objetivo proporcionar a igualdade, mas sem esquecer as diferenças e limitações que as pessoas possuem, sem esquecer a diversidade presente na sociedade.

Sendo assim, percebe-se que as leis devem ser respeitadas em todas as instituições, para garantir a acessibilidade e os direitos das pessoas com deficiência de acessarem os espaços e poderem utilizar os serviços e produtos ali oferecidos. Inclusive nas bibliotecas, por isso a importância de que as bibliotecas sejam acessíveis, e de se conceituar bibliotecas acessíveis.

### 3 BIBLIOTECAS ACESSÍVEIS

O principal objetivo de qualquer biblioteca é a promoção e a disseminação da informação por meio do acesso aos seus serviços. E para que isso aconteça plena e efetivamente, é essencial que toda biblioteca seja uma biblioteca acessível. Considerando que

Uma biblioteca acessível é um espaço que permite a presença e proveito de todos, e está preparada para acolher a maior variedade de público possível para as suas atividades, com instalações adequadas às diferentes necessidades e em conformidade com as diferenças físicas, antropométricas e sensoriais da população. (FERRÉS, 2008, p. 36).

Para atingir o objetivo de estar preparada para atender seu público, é necessário que a acessibilidade arquitetônica esteja presente nas bibliotecas, desde sua entrada até seus espaços internos que estão restritos aos usuários, pois a biblioteca acessível também proporciona acessibilidade para seus funcionários.

A acessibilidade arquitetônica é amparada pela NBR 9050/2004 que indica os quesitos necessários para prover os espaços físicos acessíveis e também para que seus mobiliários e equipamentos sejam acessíveis. Dessa forma, a melhor forma de possibilitar que espaços, edifícios, mobiliários e equipamentos sejam acessíveis é por meio do Design Universal.

O Design Universal (*Universal Design*), ou Design para Todos (*Design for All*), diz respeito ao desenvolvimento de produtos e de ambientes para serem usados por todas as pessoas, na maior extensão possível, sem a necessidade de adaptação ou design especializado. (MELO, 2008, p. 31).

O Design Universal tem como objetivo tornar os ambientes e produtos adequados para todas as pessoas, levando em consideração suas diferenças. Além das pessoas com deficiência (visual, auditiva, física, intelectual e mental), também considera diferenças referente ao peso, à altura, à mobilidade, à maneira de se locomover e de se comunicar, dentre outros fatores. Porém, entende-se que nem todos ambientes e produtos podem ser acessíveis de forma direta para todas as pessoas, por isso quando,

[...] não for possível promover o acesso e o uso de produtos e ambientes de forma direta, deve-se considerar também a oferta de alternativas de acesso por meio de acessórios ou opções padronizadas, a compatibilidade com tecnologias assistivas e, em último caso, a facilidade de modificações sob demanda. (MELO, 2008, p. 32).

O Design Universal pode ser obtido nas bibliotecas em seus espaços físicos e também no produto que as bibliotecas oferecem aos seus usuários, que é a informação. A informação deve estar contida em diferentes suportes para poder ser acessada por todos que a buscam.

A acessibilidade é importante nas bibliotecas, pois as bibliotecas estão localizadas nos mais diversos lugares, atendendo as mais diversas pessoas que buscam as mais diversas informações nos mais diversos suportes. Por mais que a Biblioteconomia se estabeleça como um conjunto de regras e normas para a organização e tratamento da informação, não conseguiremos nunca padronizar os usuários, pois não há padrões que contemplem a diversidade. Algumas características e atribuições gerais das bibliotecas podem ser apontadas como:

- As aspirações educacionais, na medida em que a biblioteca está voltada para a promoção e o estímulo do conhecimento.
- A garantia do acesso igualitário a informações.
- A preservação das tradições democráticas, quando impede qualquer forma de censura na constituição do seu acervo.
- A promoção da consciência de cidadania e emancipação do indivíduo. (LEITÃO, 2005, p. 15).

Para que a biblioteca cumpra tais objetivos junto à sociedade, ela deverá ser acessível, pois só assim ela será capaz de atender a todos, sem nenhuma distinção, discriminação, preconceito ou exclusão. Na definição de acessibilidade é usual,

[...] associá-la primeiramente ao compromisso de melhorar a qualidade de vida dos idosos e das pessoas com deficiência (ex. perceptual, cognitiva, motora e múltipla), uma vez que essas pessoas, em geral, sofrem impacto direto da existência de barreiras nos vários ambientes, produtos e serviços que utilizam. Entretanto, acessibilidade ou possibilidade de alcance aos espaços físicos, à informação, aos instrumentos de trabalho e estudo, aos produtos e serviços diz respeito à qualidade de vida de todas as pessoas. (MELO, 2008, p. 30).

A Federação Internacional de Associação de Bibliotecas e Instituições (IFLA) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em seus manifestos para bibliotecas escolares e públicas salientam que os serviços das bibliotecas devem ser pautados na disponibilização igualitária para todos os usuários respeitando sempre as diferenças entre cada usuário.

Conforme diz o Manifesto IFLA/UNESCO para Biblioteca Escolar (1999, p. 2):

Os serviços das bibliotecas escolares devem ser oferecidos igualmente a todos os membros da comunidade escolar, a despeito de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua e status profissional e social. Serviços e materiais específicos devem ser disponibilizados a pessoas não aptas ao uso dos materiais comuns da biblioteca.

E o Manifesto IFLA/UNESCO para Bibliotecas Públicas (1994) afirma que:

Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como por exemplo, minorias linguísticas, pessoas deficientes, hospitalizadas ou reclusas.

Ambos os manifestos são voltados para tipos específicos de bibliotecas, mas o Código de Ética da IFLA para Bibliotecários e Outros Profissionais da Informação (2012) é voltado para a atuação dos bibliotecários de todos os tipos de bibliotecas. Conforme o código,

Para promover a inclusão e erradicar a discriminação, os bibliotecários e outros profissionais da informação asseguram que o direito de acesso à informação não pode ser negado e que serviços equitativos são fornecidos para qualquer pessoa de qualquer idade, nacionalidade, crença política, condição física ou mental, gênero, descendência, educação, renda, condição imigratória ou de asilo, situação matrimonial, origem, raça, religião e orientação sexual. (IFLA, 2012, p. 3).

Observa-se, pelos manifestos e o código de ética, que os serviços das bibliotecas não devem ser limitados a uma parte da população ou que o bibliotecário possa criar barreiras entre a informação e o usuário. Todo cidadão tem o direito de

acesso à informação e o direito de poder chegar até a biblioteca, e esse direito se dá independentemente à sua condição.

Porém, não basta somente fornecer o acesso à informação, é necessário que o usuário consiga entrar nos ambientes das bibliotecas e circular nele com segurança e autonomia, por isso os ambientes das bibliotecas devem se valer da acessibilidade arquitetônica. “É importante constatar que é o ambiente que gera exclusão e de fato é o que gera deficiência.” (FERRÉS, 2008, p. 36). Além do ambiente, seu mobiliário e equipamentos também devem ser acessíveis.

Os ambientes físicos das bibliotecas devem ser acessíveis para que as bibliotecas dêem o primeiro passo em busca de se tornar uma biblioteca acessível. Contudo, a acessibilidade em bibliotecas não se dá somente nos quesitos arquitetônicos, o usuário tem o direito de ter o acesso à informação em suportes acessíveis, e a biblioteca deve ser um espaço que proporcione a acessibilidade atitudinal, para isso deve ser um ambiente isento de discriminação e um lugar de acolhimento, transformando-se no local onde o usuário busca satisfazer suas necessidades informacionais e ter o acesso a livros e outros materiais para incentivar seu gosto pela leitura e pelo conhecimento. Para tratar todos com igualdade é preciso a eliminação tanto das barreiras arquitetônicas quanto das barreiras atitudinais.

A acessibilidade arquitetônica permite que a pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida chegue até a biblioteca, entre nela, circule nos ambientes e entre as estantes, nas quais consiga escolher o livro desejado (impresso, em Braille ou em mídia).

As bibliotecas encontram-se em diversos espaços de instituições onde pode haver pessoas com deficiência exercendo seu direito à educação, ao trabalho, ao acesso à informação e aos bens culturais. E, independente de seus serviços serem abertos ou restritos a toda comunidade, elas devem estar preparadas para receber e atender todos que a buscam, considerando sempre que a acessibilidade é para todos, e não somente para pessoas com deficiência.

A acessibilidade em bibliotecas é uma questão de atendimento às leis brasileiras que garantem os direitos a todos pautados na igualdade. E a acessibilidade perpassa todas as tipologias de bibliotecas, já que uma biblioteca acessível visa a contemplação plena do objetivo que todas as bibliotecas



compartilham que é a disseminação da informação para todos os usuários que a procuram.

## 4 BIBLIOTECAS E SUA TIPOLOGIA

Bibliotecas são unidades de informação onde a informação é armazenada, organizada e disseminada para uma comunidade de usuários. Sua principal função é organizar e constituir acervos pertinentes na formação de conhecimento, prestando atendimento informacional aos usuários que a buscam. Segundo, Litton (1974a, p. 14):

El público culto entiende y emplea la palabra “biblioteca” para referirse a un lugar tradicional donde se guardan, conservan y utilizan diversas fuentes de información.<sup>1</sup>

O armazenamento e a conservação das fontes de informação em seus diversos suportes são uma grande preocupação que acompanha a humanidade ao longo dos séculos, e vem sofrendo alterações conforme o desenvolvimento tecnológico da humanidade. Rodrigues e outros (2013, p. 83-84) afirmam:

A importância da biblioteca para a preservação e conservação do conhecimento é inquestionável, pois desde o início da humanidade o homem se preocupa em registrar o conhecimento por ele produzido. Ao bibliotecário foi destinada a missão de realizar os processos de organização, preservação e efetivar a disseminação de todo o conhecimento registrado.

Nos dias atuais essa missão do bibliotecário passa a ser a organização, a preservação e a disseminação da informação nos meios físicos e digitais, dessa forma temos a biblioteca tradicional com estantes cheias de livros e temos a biblioteca digital. Apesar das diferentes estratégias de trabalho, a essência da missão da atuação do bibliotecário permanece a mesma.

Contudo, é “interessante ressaltar que não é só pelo acervo que uma biblioteca existe, mas também pelos seus usuários, pois um acervo sem usuário não tem razão de ser.” (SALASÁRIO, 2000, p. 107) O usuário agrega valor às bibliotecas, ao seu acervo e à informação ali contida, de maneira que atuando na disseminação de informação, as bibliotecas passam a trazer um retorno ao usuário e fazer jus aos recursos investidos para manter sua infraestrutura. (LEITÃO, 2005).

---

<sup>1</sup> O público culto entende e emprega a palavra “biblioteca” para se referir a um lugar tradicional onde se armazenam, conservam e utilizam diversas fontes de informação. (tradução nossa)

As características que definirão as bibliotecas levam em consideração seu tipo de acervo, seu perfil de usuários, a comunidade da qual faz parte e está inserida. Da caracterização das variadas bibliotecas existentes, chegaremos às tipologias de bibliotecas.

As bibliotecas possuem diferentes tipologias que contemplam objetivos e usuários diferentes das demais, agregando assim padrões que definem seus serviços e seu ambiente. Cada tipologia de biblioteca é formada por características específicas que as distingue das outras, sendo atribuição do bibliotecário distinguir as características que constituem a essência da biblioteca onde está atuando, pois,

[...] o bibliotecário necessita aprender ou reaprender a especular acerca do que faz, por que faz e para quem faz, buscando responder, *a priori*, a questões essenciais, em torno da conceituação, características, objetivos e funções da instituição à qual está vinculado. (TARGINO, 1988, p. 20).

A atenção a essas características, que definem uma biblioteca, leva à compreensão que cada biblioteca é única, pois mesmo bibliotecas de tipos iguais serão distintas. Isso se deve à característica que as bibliotecas possuem em serem unidades de informação capazes de refletir os anseios e as necessidades informacionais da comunidade na qual está inserida, levando em consideração todas as variâncias em tal comunidade. Cabe assim, aos bibliotecários, identificar as particularidades que formam as bibliotecas em que estão atuando e as ambiguidades de seus usuários. A identificação torna-se necessária, pois,

As estruturas e o funcionamento das unidades de informação devem possibilitar serviços que aportem valor à informação disponibilizada e disseminada a todos os segmentos de usuários. (DAVOK; PEREIRA, 2011, p. 325).

Terá valor para o usuário, a informação que for capaz de satisfazer sua necessidade informacional, à medida que a informação tiver significado para o usuário, irá contribuir efetivamente na sua construção de conhecimento. Com tais considerações, conhecer a biblioteca onde atua, contribuirá no trabalho de qualidade do bibliotecário e isso reverbera no valor que será dado à biblioteca, seus serviços e a informação lá disponibilizada. Contudo, apesar das multiplicidades das bibliotecas, nos itens a seguir estaremos conceituando e definindo objetivos e usuários dos tipos

de bibliotecas deste estudo de caso, que são as bibliotecas escolares, especializadas, públicas e universitárias, apresentadas em parâmetros gerais.

#### 4.1 BIBLIOTECAS ESCOLARES

A biblioteca escolar, em muitos casos, será uma das primeiras bibliotecas que o usuário terá contato, ainda em sua infância, e na qual participará por maior tempo e maior constância. Ela é a biblioteca presente em instituições de ensino básico, seja de educação infantil, ensino fundamental ou ensino médio, visando dar um suporte informacional aos docentes e discentes em suas atividades escolares. Conforme Campello (2002, p. 18), a biblioteca escolar é um lugar de,

[...] aprendizagem permanente, um centro de documentação onde se encontram informações que irão responder aos questionamentos levantados dentro das diversas áreas curriculares.

Sendo assim, percebe-se que a biblioteca escolar possui uma função pedagógica dentro da escola, pois visa ser mediadora entre a informação e o usuário, tornando-se um ambiente de aprendizagem contínua em todas as áreas do conhecimento que são trabalhadas nos currículos escolares. Interage com a sala de aula, fornecendo ao aluno informação bibliográfica e informação em multimídias contribuindo no pluralismo da formação de conhecimento (COPPOLA JUNIOR; CASTRO FILHO, 2012). De maneira que, a biblioteca escolar torna-se:

[...] um espaço de estudo e construção do conhecimento, coopera com a dinâmica da escola, desperta o interesse intelectual, favorece o enriquecimento cultural e incentiva a formação do hábito de leitura. Jamais será uma instituição independente, porque sua atuação reflete as diretrizes de outra instituição que é a escola. Essa situação de dependência faz com que a biblioteca, para cumprir seu papel, esteja em estreita sintonia com a concepção educacional e as diretrizes político-pedagógicas da escola a qual se integra. Na biblioteca escolar o bibliotecário é como se fosse um professor e a sua disciplina é ensinar a aprender. Essa função nunca deve ser deixada de lado. (CÔRTE; BANDEIRA, 2011, p. 8).

A relação entre a escola e sua biblioteca, é de suma importância para definir a qualidade dos serviços que serão prestados e o papel que o bibliotecário terá na instituição. A biblioteca escolar, como parte integrante da escola, deverá prestar

serviços de acordo com a necessidade informacional de sua comunidade, assim como se orientar pela missão e objetivos da escola. Em contrapartida, a escola deverá investir na biblioteca escolar, promovendo o trabalho em conjunto com os professores e os bibliotecários e contribuindo para que a biblioteca escolar seja, de fato, um ambiente de aprendizagem e de estímulo à leitura. Conforme aponta Moro e Estabel (2011, p. 17),

A escola congrega pessoas, e pessoas pulsam vida. Se a escola se transforma no pulsar da vida, a biblioteca é o coração que bombeia o estímulo e o prazer para aprender. A biblioteca escolar é o centro de mediação entre a vida e a leitura que propicia um espaço de aprendizagem onde o ser humano deve buscar espontaneamente e aprender com prazer.

Dessa forma, a biblioteca escolar torna-se parte vital da escola, sendo um ambiente que complementa as aprendizagens da sala de aula, e também o lugar da escola onde trabalha com o lúdico por meio da leitura de obras literárias. Campello e outros (2011, p. 109) apontam que,

Em síntese, seria considerada biblioteca escolar aquela que atendesse às seguintes condições:

- a) funcionar em sala de uso exclusivo;
- b) possuir coleção classificada;
- c) possuir coleção catalogada;
- d) fornecer serviço de consultas no local;
- e) ter serviço de empréstimo domiciliar;
- f) oferecer atividade de incentivo à leitura;
- g) ter serviço de orientação à pesquisa;
- h) contar com um funcionário responsável.

Tais condições visam definir parâmetros gerais para a caracterização das bibliotecas escolares, levando em consideração os requisitos técnicos da biblioteca, espaço físico próprio, atendimento ao usuário e prestação de serviços para estes. No entanto, a maior parte dos usuários da biblioteca escolar, geralmente, são alunos e professores.

Os professores precisam contar, em seu local de trabalho, com materiais de apoio e consulta. E os estudantes devem, desde cedo, ser informados da existência desses materiais, da necessidade e possibilidade de irem formando seus próprios caminhos na conquista do saber. (CAMPOS; BEZERRA, 1989, p. 82).

A biblioteca escolar busca fornecer um bom suporte informacional para contribuir com as práticas pedagógicas da escola. Côrte e Bandeira (2011, p. 10), apontam duas categorias de usuários de bibliotecas escolares que são:

[...] aqueles que fazem parte diretamente da organização da escola a que ela pertence, os quais podemos identificar como 'usuários principais', e os que mantêm algum vínculo com a escola, mas não a frequentam diariamente, não tomam parte das decisões e nem participam das aulas. Para os primeiros, a biblioteca deve investir todos os seus esforços no sentido de identificar e atender as suas necessidades informacionais. São os alunos, professores, diretores, coordenadores, consultores pedagógicos e educacionais, o pessoal técnico e administrativo, todos os que fazem a escola acontecer, ali trabalham e passam boa parte do seu dia... A segunda categoria, constituída de pais, membros da sociedade de amigos da biblioteca, ex-alunos e até mesmo membros da comunidade civil, beneficia-se, somente, dos produtos e serviços oferecidos pela biblioteca, mas para esses a biblioteca não precisa preocupar-se em estabelecer programas específicos.

Os principais usuários da biblioteca escolar são aqueles que frequentam a escola diariamente, e o acervo da biblioteca deve ser formado prioritariamente para atender suas necessidades informacionais, assim como seus serviços são elaborados de acordo com tal público, bem como as diretrizes de aquisição de obras devem atender as demandas informacionais de seus usuários. Contudo, é importante que a biblioteca escolar esteja preparada para atender seu público com materiais adequados para a idade e o nível de escolarização do usuário, dessa forma, deve-se considerar a grande disparidade entre as idades dos alunos da escola nos diferentes níveis e graduação de ensino.

Ao refletir sobre os usuários das bibliotecas escolares, é necessário pensar num novo usuário que vem surgindo nos últimos anos devido às mudanças na educação básica brasileira. Com a Educação de Jovens e Adultos (EJA) em algumas escolas, tem surgido nas bibliotecas escolares, um novo tipo de usuário que se caracteriza por um jovem, um adulto ou um idoso, que não teve acesso ou não concluiu a educação básica no respectivo ciclo do desenvolvimento humano. Tal usuário, deve ser considerado nos Estudos de Comunidade elaborados pelas bibliotecas, para que seja possível identificar e estabelecer quais são suas necessidades informacionais e quais materiais poderão contribuir com sua aprendizagem de maneira adequada e plena.

Em 1999, a IFLA elaborou o Manifesto IFLA/UNESCO para Bibliotecas Escolares, sendo uma referência para a atuação das bibliotecas nas escolas, orientando sobre seus possíveis serviços e objetivos. O Manifesto aponta os seguintes objetivos para as bibliotecas escolares:

- a) apoiar e intensificar a consecução dos objetivos educacionais definidos na missão e currículo da escola;
- b) desenvolver e manter as crianças o hábito e o prazer da leitura e da aprendizagem, bem como o uso dos recursos da biblioteca ao longo da vida;
- c) oferecer oportunidades de vivências destinadas à produção e uso da informação voltada ao conhecimento, à compreensão, imaginação e ao entretenimento;
- d) apoiar todos os estudantes na aprendizagem e prática de habilidades para avaliar e usar a informação, em suas variadas formas, suportes ou meios, incluindo a sensibilidade para utilizar adequadamente as formas de comunicação com a comunidade onde estão inseridos;
- e) prover acesso em nível local, regional, nacional e global aos recursos existentes e às oportunidades que expõem os aprendizes a diversas ideias, experiências e opiniões;
- f) organizar atividades que incentivem a tomada de consciência cultural e social, bem como de sensibilidade;
- g) trabalhar em conjunto com estudantes, professores, administradores e pais, para o alcance final da missão e objetivos da escola;
- h) proclamar o conceito de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são pontos fundamentais à formação de cidadania responsável e ao exercício da democracia;
- i) promover leitura, recursos e serviços da biblioteca escolar junto à comunidade escolar e ao seu redor. (IFLA/UNESCO, 1999, p. 2-3).

Por conseguinte, ao seguir os objetivos listados acima, a biblioteca escolar será parte ativa integrante da escola, contribuindo para que a escola atinja seus objetivos e missão, sendo um ambiente de aprendizagem, troca de saberes e estímulo ao gosto e ao prazer pela leitura.

#### 4.2 BIBLIOTECAS ESPECIALIZADAS

As bibliotecas especializadas são caracterizadas por terem acervos e usuários especializados numa área do conhecimento ou em áreas afins. São conceituadas na literatura biblioteconômica conforme três princípios: acervo,

usuários e acervo para seus usuários (MOUNT, 1995). Conforme, afirma Salasário (2000, p. 105),

Existem três princípios teóricos quanto ao conceito de biblioteca especializada: os que tratam do acervo que a biblioteca possui e disponibiliza; os que falam do tipo de usuário que a frequenta; os que colocam o tipo de acervo associado ao tipo de usuário.

Assim podemos conceituar bibliotecas especializadas num conceito que abrange tanto acervo quanto usuários, complementando-se para estabelecer o conceito que representa esse tipo de biblioteca.

Desta forma, unindo-se acervo e usuário tem-se o conceito de biblioteca especializada, ou seja, uma unidade de informação com acervo especializado destinado à satisfação das necessidades informacionais de um público específico. (SALASÁRIO, 2000, p. 108).

Ou seja, tanto o tipo de acervo quanto o tipo de usuário, será determinante para a conceituação de biblioteca especializada e para entendermos os objetivos dessas bibliotecas que estão voltadas para a agilidade na recuperação da informação. Miranda (2007, p. 88) aponta que

As bibliotecas especializadas são constituídas por acervo que visa suprir as necessidades da organização à qual se encontram inseridas, apesar de incluir sempre um certo número de obras sobre áreas afins ou relacionadas. Possuem por objetivo facilitar o processo de recuperação de informações específicas, buscando dessa maneira, encontrar todos os caminhos de direção da informação. Seus objetivos procedem dos objetivos das organizações as quais pertencem; seus usuários geralmente são funcionários, pesquisadores, técnicos, cientistas etc, com o mesmo intuito, instituindo uma clientela especializada e limitada.

Alguns fatores como usuário especialista, acervo voltado para uma área do conhecimento, acervo atualizado, diversos tipos de suporte da informação, serviços personalizados e disponibilidade de acervo e serviços somente para usuários vinculados à instituição na qual a biblioteca especializada pertence, são fatores que auxiliam na compreensão das características das bibliotecas especializadas. (TARGINO, 1988).



A biblioteca especializada, geralmente, está vinculada a uma instituição mantenedora que norteia seus objetivos e os serviços são voltados para atender as demandas informacionais dos usuários dessa instituição. (ARAUJO, 2010; MOUNT, 1995). Machado (2008, p. 14) diz que “Sua maior característica é possuir uma estrutura orientada pelo assunto que cobre.” Sendo assim, a biblioteca forma um acervo com literatura especializada e atualizada, pois a demanda informacional será feita por especialistas, que são os usuários deste tipo de biblioteca.

O especialista é o cliente de serviços de informação que mais sabe o que quer. Primeiramente, porque ele tem domínio da bibliografia, distinguindo o que interessa e o que deve ser descartado. (MILANESI, 2002, p. 69).

Mount (1995) afirma que as bibliotecas especializadas devem prestar um serviço de alto nível para seus usuários. Sendo assim, percebe-se que ao tratar de um usuário especialista é claro que as bibliotecas especializadas devem prestar um serviço de alta qualidade na recuperação de informação e, sobre a agilidade do serviço, entende-se que,

A biblioteca especializada, comumente, busca informações para fins imediatos e utilitários. É a ela que recorrem os especialistas quando já esgotaram suas buscas informacionais, que são geralmente relativas a informação altamente especializada. (METZ, 2009, p. 51).

A informação na empresa tornou-se “uma condição básica para agir” (MILANESI, 2002, p. 80), pois, o usuário especialista necessita da informação para suas práticas de trabalho. Essa necessidade se faz presente além de empresas, também nas organizações públicas e privadas, sendo que nem todas estarão ligadas à atividades empresariais. Por isso, é perceptível a necessidade de boas bibliotecas especializadas que contem com um profissional qualificado para atender as demandas informacionais da instituição por meio de serviços personalizados com alto padrão de qualidade, pois a informação, muitas vezes, precisa chegar com rapidez e eficiência até o usuário. o bibliotecário é esse profissional que faz a mediação entre a informação e as fontes de informação e o usuário especialista.

A biblioteca especializada difere das demais bibliotecas, pois não há pré-estabelecido em quais instituições ela está vinculada, podendo ser encontradas em:

[...] bancos, compañías de seguros, editoriales, museos, hospitales, entidades de beneficencia, compañías petroleras, sociedades, instituciones profesionales y en otras entidades de la más variada índole. (LITTON, 1974b, p. 16).<sup>2</sup>

Os objetivos das bibliotecas especializadas estão sempre ligados aos objetivos das instituições mantenedoras que podem apresentar os mais diversificados perfis, contudo perpassa em todas as bibliotecas algumas funções básicas como “[...] planejar, produzir e transferir informações e serviços que estejam de acordo com as necessidades do seu usuário.” (SALASÁRIO, 2000, p. 110). Percebe-se como tais bibliotecas estão voltadas para a recuperação da informação, por isso possuem outras funções como:

- a) adquire informação requerida pela empresa;
- b) organiza o material para recuperação posterior;
- c) analisa os documentos sob o ponto de vista de valor, validade e abrangência;
- d) sintetiza a informação para lhe dar significação mais ampla, maior aplicação e um ponto de referência;
- e) armazena os dados para pronta referência;
- f) dissemina a informação junto aos que dela necessitam. (FIGUEIREDO, 1978, p. 158).

Atividades como elaboração de resumos e *clipping* de notícias, informar o usuário sobre novas aquisições da biblioteca em suas áreas de interesse, conhecimento sobre as principais obras e autores que abordam temas ligados à área de conhecimento que a biblioteca atua, são algumas das atividades desenvolvidas pelos bibliotecários em bibliotecas especializadas. Cada biblioteca especializada seleciona quais atividades são mais adequadas em sua instituição para contribuir na mediação entre a informação e o usuário.

#### 4.3 BIBLIOTECAS PÚBLICAS

As bibliotecas públicas são as bibliotecas que devem atender todos os cidadãos que fazem parte da comunidade onde estão inseridas, pois, “o que melhor a caracteriza é ela ser plenamente aberta a toda a população local; é ser comum a todos” (BRASIL, 1999b, p. 18). Giacumuzzi, Nunes e Jardim (2011, p. 4), afirmam

---

<sup>2</sup> Bancos, seguradoras, editoras, museus, hospitais, instituições de caridade, companhias petrolíferas, sociedades, instituições profissionais e outras instituições de mais variada índole. (tradução nossa)

que a biblioteca pública deve “promover a disseminação da informação para todos os indivíduos da sociedade.”

O livre acesso à biblioteca pública torna-a uma instituição democrática, promotora do saber. Litton (1973, p. 18), afirma que:

Como institución cultural democrática, esa biblioteca cumple la insustituible función de facilitar al público el uso de los materiales bibliográficos que conserva, pero sin ejercer coerción alguna sobre nadie, dejando que todos y cada uno, voluntariamente, aprovechen su beneficiosa influencia.<sup>3</sup>

A benéfica influência da biblioteca pública aos usuários ocorre por meio do acesso à informação e pelo atendimento de suas demandas informacionais, permitindo que os indivíduos sejam estimulados num “processo contínuo de descobrimento e produção de novas obras [...]” (BRETTAS, 2010, p. 108).

O acervo da biblioteca pública deve contemplar todas as áreas do conhecimento, para atender todas as demandas informacionais de seus usuários. A diversidade do acervo reflete a diversidade dos usuários. Entretanto, a biblioteca não deve ser somente um mero depósito de livros, armazenados sem uma política de desenvolvimento de coleções. É imprescindível que haja conhecimento das necessidades informacionais dos usuários, para que possa se estabelecer quais tipos de obras irão formar o acervo. Sobre, o desenvolvimento de coleções de bibliotecas públicas, Brettas (2010, p. 107) diz que:

No entanto, esse acúmulo não se dá de forma mecânica e sem conseqüências. A biblioteca não é um local inerte e frio. É um lugar onde convergem informações sobre o mundo, dados locais e globais, fragmentos de saber e da realidade, ficção e obras verossímeis.

A biblioteca pública interage com seus usuários, para mediar a convergência de informações, ela é uma mediadora entre a informação e a comunidade. Dessa forma, a informação disponibilizada na biblioteca deve ser selecionada por meio de políticas, para chegar até o usuário.

---

<sup>3</sup> Como instituição cultural democrática, essa biblioteca cumpre a insubstituível função de dar ao público o uso dos materiais bibliográficos que armazena, mas sem exercer coação alguma sobre nada, deixando que todos e cada um voluntariamente, aproveitem sua influência benéfica. (tradução nossa)

A biblioteca pública acompanha o usuário ao longo de toda sua vida, pois deve ser um ambiente aberto para todos os públicos, tendo material adequado para todas as faixas etárias. Sendo assim, “A biblioteca pública deve ser um espaço democrático, no qual as diferentes necessidades informacionais e culturais possam ser atendidas.” (JACINTO, 2008, p. 96).

Em 1994, foi lançado o Manifesto da IFLA/UNESCO para Bibliotecas Públicas. No Manifesto é importante ressaltar as missões das bibliotecas públicas que são:

1. Criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância;
2. Apoiar a educação individual e a auto-formação, assim como a educação formal a todos os níveis;
3. Assegurar a cada pessoa os meios para evoluir de forma criativa;
4. Estimular a imaginação e criatividade das crianças e dos jovens;
5. Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas;
6. Possibilitar o acesso a todas as formas de expressão cultural das artes do espectáculo;
7. Fomentar o diálogo inter-cultural e diversidade cultural;
8. Apoiar a tradição oral;
9. Assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local;
10. Proporcionar serviços de informação adequados às empresas locais, associações e grupos de interesse;
11. Facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática.
12. Apoiar, participar e, se necessário, criar programas e atividades de alfabetização para os diferentes grupos etários. (IFLA/UNESCO, 1994).

Assim, a biblioteca pública passa a ter uma função informacional, social, cultural, educacional e lúdica para com todos os indivíduos. Destaca-se pelo acesso de todos, instituição de conservação da memória e cultura e mediadora de leitura. Sobre sua função social, entende-se que:

As bibliotecas públicas exercem também um papel significativo no campo do ensino e desempenham uma importante função social ao estimularem os cidadãos a perceberem as possibilidades que se abrem a partir da leitura e a usarem a informação como instrumento de crescimento pessoal e de mudanças sociais. (DAVOK; PEREIRA; ORDOVÁS, 2011, p. 343).

A biblioteca pública pode contribuir com o desenvolvimento educacional dos seus usuários, porém não é uma substituta da biblioteca escolar, por mais que isso ocorra em alguns momentos. Milanesi (2002) e Castrillón (2011) mencionam que um dos fatores que levam os alunos a realizarem suas pesquisas escolares nas bibliotecas públicas, é a falta de investimento nas bibliotecas escolares. Porém, ao ser uma instituição mediadora de leitura, a biblioteca pública oportuniza a construção de conhecimento de seus usuários, independentemente de sua faixa etária, assim como está cumprindo sua função educacional.

Claramente, los deberes sociales están vinculados fuertemente a la identidad institucional e institucionalizada de la biblioteca pública en la vida social y que está centrada en garantizar la circulación y el préstamo de los materiales de lectura a la comunidad. (GIRALDO; BETANCUR, 2011, p. 213).<sup>4</sup>

E por meio dessa disponibilização da leitura à comunidade, a biblioteca pública além de exercer sua função social, passa a ser uma instituição de preservação da memória e cultura local.

A Biblioteca Pública, em seu verdadeiro sentido de atuação, livre, aberta, democrática, socializadora, que ao mesmo tempo em que cuida da preservação da memória investe na construção do conhecimento e soma esforços para que transforme e seja transformada para e pelo usuário, e que, em razão deste, possa se tornar um ambiente vivo e efervescente de cultura. (BERNARDINO; SUAIDEN, 2011, p. 34).

A preservação da memória é uma função importante das bibliotecas públicas, sendo que se deve manter em seus acervos obras que tratem sobre a comunidade da qual fazem parte. E compete também à biblioteca pública, apoiar a tradição e cultura local por meio do estímulo das narrativas oralizadas e da interação entre usuários de idades distintas como, por exemplo, crianças e idosos, para que ambas gerações compartilhem seus saberes.

Já sua função lúdica se realiza em “oferecer entretenimento para as pessoas através da leitura.” (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 43). A leitura de obras literárias constituem as principais obras emprestadas nas bibliotecas públicas, em sua grande

---

<sup>4</sup> Claramente, os deveres sociais estão, fortemente, vinculados com a identidade institucional e institucionalizada da biblioteca na vida social e que está focada em garantir a circulação e o empréstimo dos materiais de leitura para a comunidade. (tradução nossa)

maioria. Proporcionam que o usuário, por meio da leitura, interaja com o texto, recriando novos sentidos, visitando outros lugares, conhecendo novos personagens ao folhear cada página. Ou seja, a leitura passa a ser ludismo, prazer, prática agradável, resultando que a biblioteca pública passa a incentivar o gosto pela leitura, estimulando seu usuário a ser, de fato, um cidadão.

#### 4.4 BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

As bibliotecas universitárias são centros de informação ligados às Instituições de Ensino Superior (IES) e seus objetivos estarão de acordo com a universidade ou faculdade em que estão vinculadas. Algumas IES adotam modelos de bibliotecas centrais e setoriais e outras optam por uma biblioteca universitária única para atender toda a instituição.

Os objetivos e missão da biblioteca são estabelecidos conforme os objetivos e missão da IES a qual pertence, sendo que é objetivo da biblioteca, contribuir que a IES atinja seus objetivos e seu desenvolvimento acadêmico. A biblioteca universitária,

[...] tem como função disponibilizar o acesso à informação para a comunidade acadêmica e servidores da universidade. E contribuir para a pesquisa e extensão acadêmica. O acervo é especializado e voltado para atender as necessidades informacionais dos discentes e docentes dos cursos de graduação ou pós-graduação que são oferecidos pelas universidades e faculdades, além de quando solicitada atender o público externo se sua política permitir. (GIACUMUZZI, 2012, p. 2)

A biblioteca universitária, com acervo e serviços adequados aos seus usuários, faz com que a biblioteca não seja somente um ambiente de disseminação da informação, mas se transforme num local de construção do conhecimento, contribuindo no desenvolvimento acadêmico da universidade. Pois conforme dito:

As coleções das Bibliotecas Universitárias (BU), em particular, destinam-se ao atendimento das necessidades informacionais das universidades, possibilitando que estas possam desempenhar seu papel na sociedade, relacionando ao ensino, à pesquisa e à extensão. (NASCIMENTO-ANDRÉ, 2012, p. 58)

Outros autores como Ferreira e Maia (2013), Ribeiro (2012), Leitão (2005) e Peres (2012) também indicam o papel da biblioteca universitária junto ao ensino, à

pesquisa e à extensão na universidade. Segundo Marra (2012, p. 175), as IES “podem ser consideradas como uma das maiores e mais importantes instituições produtoras de conhecimento científico que um país pode ter”. E o apoio informacional das bibliotecas torna possível que o conhecimento seja gerado nas universidades.

As universidades são responsáveis pela transmissão e construção do saber teórico e científico e a formação de indivíduos críticos e reflexivos. As pesquisas fazem parte da rotina no ambiente universitário, dominando a produção de ideias, a criatividade, o conhecimento e as informações. (MACHADO; BLATTMANN, 2011, p. 10).

Se a universidade constrói conhecimento, certamente são nas bibliotecas universitárias que estão armazenadas as matérias-primas para essa construção. As bibliotecas universitárias, tornam-se

[...] parte das expectativas e possibilidades da construção dos espaços comuns do conhecimento, aliando as potencialidades das tecnologias de informação com as energias reflexivas e produtivas de seus processos infocomunicacionais, como sua contribuição para tornar permeáveis e interativas as esferas públicas internas dos campos disciplinares e as esferas práticas e instrumentais das complexas sociedades contemporâneas. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2011, p. 240).

A informação em suportes físicos e digitais que compõem o acervo da biblioteca são especializadas nas áreas do conhecimento das quais a universidade dispõe de cursos de graduação ou de pós-graduação. Carvalho (2004, p. 96) afirma,

A biblioteca universitária, pensada como um dos espaços facilitadores da aprendizagem, deve ser encarada como um espaço de múltipla comunicação, disponibilizando itens informacionais, dentro de padrões de agilidade e adequabilidade necessários à geração de novos conhecimentos, representando um fórum de interação entre emissores e receptores do conhecimento e da informação e um recurso social comprometido com a comunicação pedagógica.

Repositórios institucionais, catálogos, acesso à bases de dados, periódicos, esses entre tantos outros recursos disponíveis por meio das TICs, tornam possível

que a biblioteca universitária se insira no cotidiano digital dos seus usuários. Sendo assim:

[...] a biblioteca passa a ser reconhecida pela sua capacidade de acessar, recuperar, comunicar e intercambiar informações, independente da sua localização espaço-temporal e do suporte da informação. (CARVALHO, 2004, p 98).

O usuário das bibliotecas universitárias, assim como os usuários especialistas, buscam informações especializadas, atualizadas e pertinentes em uma área do conhecimento. Contudo, o usuário universitário difere do especialista pois a informação buscada por ele não é para fins de apoio ao seu trabalho, mas para fins educacionais e de aprendizagem. (MOUNT, 1995).

Assim como a função da biblioteca universitária junto à universidade é contribuir para o ensino, a pesquisa e a extensão, a necessidade informacional do usuário será voltada para atender demandas informacionais para desenvolver sua vida acadêmica. Conforme Litton (1974c, p. 126),

Dos grupos obvios de usuarios de la biblioteca universitaria son los estudiantes y sus profesores; otro grupo no tan numeroso, pero no menos importante relativamente, son los funcionarios de la administración, el personal auxiliar, los egresados y los científicos y estudiosos, así como las personas cultas que residen en las cercanías de la universidad y que tienen el gran privilegio del libre acceso a la colección que algunas bibliotecas les brindan.(LITTON, 1974, p. 126).<sup>5</sup>

Sendo assim, a biblioteca universitária atende tanto os docentes, discentes e servidores da IES onde está inserida, como também pode atender pesquisadores e estudiosos que estão à procura de informação. Com o desenvolvimento tecnológico e a Internet, as bibliotecas universitárias vêm se adequando ao espaço digital, para fornecer serviços aos seus usuários via Web, tornando a informação disponível no lugar onde o usuário a busca.

---

<sup>5</sup> Dois grupos óbvios de usuários da biblioteca universitária, são os estudantes e seus professores; outro grupo não tão numeroso, mas relativamente não menos importante, são os funcionários da administração, o pessoal de apoio, os graduados, os cientistas e os estudiosos, assim como pessoas cultas que residem nas proximidades da universidade e que tem o grande privilégio do acesso livre à coleção que algumas bibliotecas lhe dão. (tradução nossa)



## 5 METODOLOGIA

A pesquisa científica é dotada de métodos, procedimentos e técnicas que permitem que o conhecimento seja compartilhado explicitamente na comunidade científica. Como afirmam Bernardino e Lavor (2012, p. 234), “Pesquisar é construir conhecimento.” Tais métodos, procedimentos e técnicas compõem a Metodologia Científica.

A metodologia adotada, para esse estudo, é um estudo exploratório com abordagem qualitativa. Na pesquisa qualitativa,

[...] estuda-se a realidade, em seu contexto natural, tal como sucede, e procura dar sentido ou interpretar os fenômenos de acordo com os significados que possuem para as pessoas implicadas nesse contexto. (MARTINS; CAMPOS, 2004, p. 22).

Sobre pesquisas exploratórias, Gil (2010, p. 27) afirma que:

[...] são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

O presente estudo visa averiguar como ocorre a acessibilidade arquitetônica em bibliotecas, no que se refere ao atendimento à legislação brasileira sobre acessibilidade arquitetônica. O estudo vale-se como pesquisa exploratória por estar abordando um fenômeno novo, devido à impossibilidade de formular hipóteses com precisão, pois haveria poucas pesquisas para embasamento teórico de tais hipóteses.

O estudo desenvolvido na pesquisa é um estudo de caso múltiplo, sendo estudado como ocorre a acessibilidade arquitetônica em diferentes bibliotecas e analisando mais de um caso (GIL, 2009), em que cada sujeito do estudo será uma biblioteca inserida num contexto social, cultural, econômico, entre outros, diferente das demais.

## O estudo de caso adotado

[...] é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento [...] (GIL, 1991, p. 58).

Três condições são apontadas por Yin (2010, p. 28), para que uma pesquisa adote o estudo de caso como delineamento de pesquisa e são características do presente estudo: “[...] as questões ‘como’ ou ‘por que’ são propostas; o investigador tem pouco controle sobre os eventos e o enfoque está sobre um fenômeno contemporâneo no contexto da vida real”.

Assim, este estudo de caso, visa responder como ocorre a acessibilidade arquitetônica em bibliotecas. Não há controle do pesquisador sobre a existência ou ausência de quesitos de acessibilidade arquitetônica nas bibliotecas do estudo, o tema da pesquisa enfoca um assunto de grande relevância na sociedade atual, que no decorrer dos últimos anos tem ganhado destaque na comunicação científica.

## 6 CONTEXTO E SUJEITOS DO ESTUDO

Para averiguar como ocorre a acessibilidade arquitetônica em bibliotecas, são adotados como sujeitos da pesquisa quatro bibliotecas pertencentes a instituições públicas e de tipologias diferentes envolvendo uma biblioteca escolar, uma especializada, uma pública e uma universitária, sendo que todas as bibliotecas são instituições públicas também localizadas em prédios públicos.

Os sujeitos do estudo estão apresentados no Quadro 2:

Quadro 2 – Relação das Bibliotecas do Estudo

<b>Identificação</b>	<b>Tipo de Biblioteca</b>	<b>Nome da Biblioteca</b>	<b>Instituição que pertence</b>	<b>Local</b>
B1	Escolar	Biblioteca Clóvis Vergara Marques;	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Câmpus Porto Alegre	Porto Alegre RS
B2	Especializada	Biblioteca do Tribunal Regional Federal da 4ª Região;	Tribunal Regional Federal da 4ª Região	Porto Alegre RS
B3	Pública	Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães	Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre	Porto Alegre RS
B4	Universitária	Biblioteca Central da UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Porto Alegre RS

Fonte: GIACUMUZZI, 2013

### 6.1 BIBLIOTECA CLÓVIS VERGARA MARQUES

A B1 está vinculada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – Câmpus Porto Alegre que se localiza na Rua Coronel Vicente, 281, Porto Alegre, RS. A localização da biblioteca é no térreo do prédio e seu horário de atendimento é entre 9h e 21h, de segunda à sexta-feira.

A B1 atende os discentes e docentes de:

- a) cinco cursos de ensino superior;
- b) dezesseis cursos técnicos;
- c) vinte e oito cursos de qualificação no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC);
- d) dois cursos do Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

O IFRS – Câmpus Porto Alegre é uma instituição centenária de ensino que foi fundada em 1909 sendo chamada de Escola de Comércio de Porto Alegre, vinculada à Faculdade Livre de Direito. Em 1934, ambas instituições são incorporadas à Universidade de Porto Alegre, mantida pelo Governo Estadual do Rio Grande do Sul.

No ano de 1950, a Universidade de Porto Alegre passa a ser mantida e administrada pelo Governo Federal, assim surge a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E a antiga Escola de Comércio, passa a se chamar Escola Técnica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O primeiro diretor da Escola Técnica é o professor Clóvis Vergara Marques que foi homenageado pelo ato da biblioteca adotar seu nome como patrono. Em 2008, a Escola Técnica é desvinculada da UFRGS e passa a ser o IFRS – Câmpus Porto Alegre, com administração e sede própria.

## 6.2 BIBLIOTECA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

A B2 localiza-se no quinto andar do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), cujo endereço é Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300, Porto Alegre –RS. Seu horário de atendimento é diferenciado para o público interno do TRF4 e externo. Para seu público interno, a biblioteca atende de segunda à sexta-feira entre 11h e 19h e, para o público externo, o horário de atendimento é de segunda à sexta-feira entre 13h e 18h.

A B2 possui um público de usuários especialistas na área de Direito e áreas afins, portanto, trata-se de uma biblioteca jurídica. Sua atuação é na disseminação de informações do tipo de doutrina, legislativa e jurisprudência.

### 6.3 BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL JOSUÉ GUIMARÃES

A B3 localiza-se no Centro Municipal de Cultura, Arte e Lazer Lupicínio Rodrigues cujo endereço é Avenida Erico Verissimo, 307, Porto Alegre –RS. Seu horário de atendimento é de segunda à sexta-feira das 9h às 19h e nos sábados das 14h às 18h.

A Biblioteca Pública Municipal ganhou este nome em 1986 para homenagear o escritor gaúcho Josué Guimarães, mas já funcionava desde 1955 quando se chamava Biblioteca de Porto Alegre. Em 1988, a biblioteca passou a integrar a Coordenação do Livro e da Leitura, vinculada à Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre.

### 6.4 BIBLIOTECA CENTRAL DA UFRGS

A B4 localiza-se na Avenida Paulo Gama, 110, Porto Alegre – RS, no andar térreo do Prédio da Reitoria da UFRGS. Seu horário de atendimento é de segunda à sexta-feira entre às 8h30min e 17h30min.

A B4 foi criada em 1971, substituindo o Serviço de Bibliografia e Documentação. Desde sua origem, a B4 foi designada a coordenar o Sistema de Bibliotecas da UFRGS (SBU) que é composto por cerca de 32 bibliotecas distribuídas entre os seis campus da UFRGS.

A B4 dita as diretrizes e orientações para as bibliotecas do SBU que fornece o suporte informacional para 89 cursos de Graduação, 71 Mestrados Acadêmicos, 9 Mestrados Profissionais e 68 Doutorados. Os cursos de graduação e pós-graduação da UFRGS abrangem todas as áreas do conhecimento.

## 7 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram coletados, individualmente, em quatro bibliotecas distintas. A coleta de dados se valeu de dois instrumentos de coleta de dados: observação simples e um instrumento de avaliação de acessibilidade em bibliotecas.

A observação é tida como “[...]como um método qualitativo de investigação.” (RICHARDSON, 2010, p. 260). E o instrumento de avaliação foi uma adaptação do Instrumento de Avaliação das Condições de Acessibilidade em Bibliotecas (Checklist), elaborado por Nicoletti (2010).

A adaptação do Checklist foi feita para atender as demandas necessárias nessa pesquisa. Dessa forma, só foram usados na avaliação os requisitos sobre Acessibilidade Arquitetônica e Acessibilidade do Mobiliário e Equipamentos (Anexo A) conforme estão apresentados no Checklist. O Quadro 3 mostra a legenda das siglas utilizadas no Checklist.

Quadro 3 – Legenda das Siglas Utilizadas no Checklist

<b>LEGENDA</b>	
<b>Sim (S)</b>	Item de avaliação atendido;
<b>Não (N)</b>	Item de avaliação não atendido;
<b>Parcialmente (P)</b>	Item de avaliação atendido parcialmente;
<b>Não se Aplica (N/A)</b>	Item de avaliação não se aplica (N/A)

Fonte: NICOLETTI, 2010

A coleta de dados foi feita em dois ambientes, no ambiente externo à instituição que a biblioteca se encontra, onde foram avaliadas as questões referentes ao entorno da biblioteca e ao estacionamento. Ainda, o ambiente interno da biblioteca, onde foram avaliados os demais quesitos de acessibilidade física e arquitetônica. A análise de dados obtidos foi feita com uma abordagem qualitativa.

Nos tópicos a seguir será abordado a análise dos dados obtidos na avaliação das bibliotecas de acordo com a Acessibilidade Arquitetônica e a Acessibilidade do Mobiliário e Equipamentos.

### 7.1 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

A acessibilidade arquitetônica visa a eliminação das barreiras físicas e arquitetônicas nos ambientes, essas barreiras são “[...] qualquer elemento natural,

instalado, ou edificado que impeça a aproximação, transferência ou circulação no espaço, mobiliário ou equipamento urbano.” (ABNT, 2004, p. 2).

A eliminação das barreiras físicas e arquitetônicas nas bibliotecas permitem que o usuário possa circular com segurança e autonomia no ambiente da biblioteca, e a acessibilidade no entorno da biblioteca permite que o usuário chegue até a biblioteca, por isso a necessidade de avaliar a acessibilidade no entorno.

### **7.1.1 Entorno da Biblioteca**

O entorno da biblioteca consiste desde a casa do usuário até a entrada da biblioteca, por isso quesitos como transporte coletivo público, calçadas, sinalizações de trânsito, entre outros, são considerados como fatores influentes na acessibilidade na biblioteca. Pois além de precisar da acessibilidade na biblioteca, o usuário precisa também que seu entorno seja acessível porque só assim conseguirá chegar até a biblioteca e todo o conhecimento nela agregado.

As bibliotecas localizam-se na capital do Estado do Rio Grande do Sul, o município de Porto Alegre. O transporte coletivo público de Porto Alegre possui ônibus adaptados na maioria das linhas do transporte público, contudo a quantidade de ônibus ainda é pouca assim como a frequência de horários, pois em determinadas linhas, o tempo de espera para um ônibus adaptado é até o dobro do que o necessário para um ônibus comum.

Apesar dessas limitações no transporte coletivo público, todas as bibliotecas possuem pontos de ônibus em seu entorno em que passam linhas de transporte coletivo público adaptados. Outro quesito relevante é se o lugar de embarque/desembarque até a entrada da biblioteca é livre de obstáculos que prejudique a orientação e mobilidade das pessoas, e todas as bibliotecas apresentam alguns obstáculos como degraus, por exemplo.

As bibliotecas estudadas estão localizadas dentro de instituições, e próximo a entrada das instituições, em todos os casos, foi observado a presença de faixa de pedestre e sinalização visual. A única biblioteca que apresenta sinalização sonora em seu entorno é a B4.

A calçada no entorno da biblioteca também influencia na acessibilidade do acesso até o prédio onde a biblioteca está localizada. Na B2 e B4, as calçadas estão em bom estado de conservação e possui sinalização tátil para orientação das

peças com deficiência visual. Na B1 e B3, as calçadas estão parcialmente em bom estado, em alguns trechos o piso é irregular e não possui sinalização tátil.

No caso das bibliotecas não havia obras nas calçadas, mas caso houvesse seria necessário que o trecho da calçada fosse sinalizado e isolado, além de deixar uma largura mínima de 1,20m para a circulação externa das pessoas que transitam na calçada.

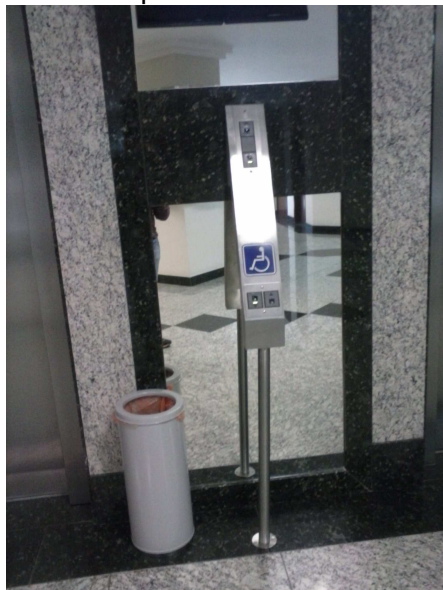
A B1 encontra-se num local provisório dentro do IFRS – Campus Porto Alegre, há um projeto que pretende tornar todo o prédio acessível, inclusive a biblioteca, nesse lugar em que a biblioteca se encontra, não há nenhuma rota acessível até seu ambiente. Uma rota acessível é definida pela ABNT como:

Trajetória contínua, desobstruída e sinalizada, que conecta os ambientes externos ou internos de espaços e edificações, e que possa ser utilizada de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência.

Na B2, a entrada principal do TRF4 é uma escadaria, mas há uma rota acessível que conduz até a B2 que se encontra no quinto andar. Para chegar até o quinto andar é necessário que a pessoa com deficiência física ou com mobilidade reduzida utilize elevadores que são acessíveis para as pessoas com deficiência.

Na Figura 3, pode-se observar os botões para acionar o elevador.

Figura 3 – Botões para Acionar Elevador do TRF4



Fonte: GIACUMUZZI, 2013



Os botões estão em diferentes alturas, e os botões mais baixos para serem utilizados por pessoas em cadeiras de rodas ou pessoas com baixa estatura estão sinalizados com o Símbolo Internacional de Acesso. Na Figura 4, observa-se que há dois painéis dentro do elevador para selecionar os andares. O painel mais baixo na lateral do elevador está acessível para pessoas em cadeiras de rodas, com mobilidade reduzida e pessoas com baixa estatura.

Figura 4 – Elevador do TRF4



Fonte: GIACUMUZZI, 2013

Para entrar no prédio onde a B3 está localizada também há uma escadaria, mas ao lado dela há uma rampa acessível possibilitando o acesso ao prédio.

O prédio onde a B4 se encontra possui duas entradas, onde na entrada principal há degraus, mas na outra entrada há uma rampa. A rota acessível para o acesso ao prédio não excede seis vezes a trajetória principal.

Considerando todos os quesitos de acessibilidade avaliados, considera-se acessível o entorno das bibliotecas.

### **7.1.2 Estacionamento da Biblioteca**

O estacionamento acessível conforme a NBR 9050/2004 consiste num estacionamento que possui a quantidade correta de vagas reservadas para pessoas com deficiência e, principalmente, que as vagas de estacionamento estejam próximas às portas que dão acesso à biblioteca ou ao prédio onde ela está localizada.

A B1 possui as vagas reservadas para as pessoas com deficiência, porém somente duas estão devidamente sinalizadas. É previsto que cada andar de estacionamento tenha duas vagas reservadas para as pessoas com deficiência. As vagas estão próximas aos elevadores que dão acesso ao prédio. O estacionamento com cerca de 177 vagas é de uso exclusivo para as pessoas com vínculo com o IFRS – Campus Porto Alegre..

A B2 possui estacionamento com menos de cem vagas para as pessoas com vínculo com o TRF4. As vagas preferenciais são sinalizadas, e situadas em piso plano e em rota acessível com acesso ao prédio.

A B3 possui estacionamento aberto para o público e duas vagas reservadas para pessoas com deficiência que estão sinalizadas e em rota acessível para acesso ao prédio. O estacionamento possui menos de cem vagas.

O prédio da B4 localiza-se no Campus Centro da UFRGS que possui cerca de 400 vagas de estacionamento. Destas vagas cerca de doze são vagas reservadas para pessoas com deficiência e cerca de vinte e quatro são reservadas para idosos. As vagas estão sinalizadas e em rotas acessíveis para os prédios da UFRGS. O estacionamento é exclusivo para pessoas com vínculo com a UFRGS.

Os estacionamentos das quatro bibliotecas possuem vagas reservadas para pessoas com deficiência, contribuindo com a acessibilidade no entorno da biblioteca.

### **7.1.3 Entrada da Biblioteca**

A entrada da biblioteca é onde o usuário tem a percepção se poderá ou não acessar seu ambiente. Uma entrada com degraus e sem rampa ou sem rota acessível já demonstra que ali é um local no qual a pessoa com deficiência não poderá acessar.

As duas primeiras questões do Checklist sobre a entrada da biblioteca são referentes se há na entrada degrau ou escadas e se possui porta giratória ou outro dispositivo de segurança inacessível para entrada, e as questões se complementam questionando se há entrada alternativa para esses dois casos inacessíveis, pois se não há a biblioteca já se torna logo na entrada inacessível para parte de seus usuários e até mesmos funcionários.

Das quatro bibliotecas do estudo nenhuma possui entrada com essas duas alternativas inacessíveis, então essas questões Não se Aplica (N/A) nelas. As bibliotecas possuem entradas por portas e suas entradas são livres de obstáculos facilitando a circulação das pessoas com mobilidade reduzida.

A porta de entrada e as portas internas para estarem acessíveis necessitam ter vão mínimo de 0,80m e altura mínima de 2,10m. A B1, a B2 e a B4 atendem esse quesito de acessibilidade, e a B3 não o atende pois o vão é menor que 0,80m na sua porta de entrada.

As bibliotecas também possuem áreas de aproximação acessíveis das portas de entrada, pois possuem área livre de 1,20m no sentido de entrada e área livre de 1,50m no sentido de saída. E as portas de entrada da biblioteca podem ser abertas com um único movimento facilitando a entrada e a saída dos ambientes pelas pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida, contudo nenhuma das portas de entrada das bibliotecas possui maçaneta do tipo alavanca, mas as maçanetas estão instaladas numa altura entre 0,90m e 1,10m do piso, exceto na B3 em que a maçaneta não se encontra entre essas alturas.

Ainda na análise sobre as portas de entrada das bibliotecas, as B1, B2 e B3 não possuem na parte inferior, de suas portas, revestimento resistente a impactos que podem ser provocados por bengalas, muletas, cadeiras de rodas ou outro acessório acessível para mobilidade. Esse revestimento deve ser colocado na porta até 0,40m de altura do piso, a B4 possui uma barra metálica na parte inferior mas não atinge a altura de 0,40m do piso.

Na Figura 5 observamos a porta de entrada da B4, na imagem é possível observar a barra metálica na parte inferior da porta que a torna mais resistente no caso de eventuais impactos.

Figura 5 – Porta de Entrada da Biblioteca Central da UFRGS



Fonte: GIACUMUZZI, 2013

As portas das bibliotecas contrastam em cores com as paredes das bibliotecas. Elas são de vidro nas quatro bibliotecas, que não estão devidamente indicadas como elementos arquitetônicos, apesar de possuírem maçanetas ou cartazes que destacam sua presença, mas nenhuma possui especificamente uma faixa ao longo de toda sua largura para indicar sua presença. E também não possuem quaisquer sinalizações táteis para orientação das pessoas com deficiência visual.

As batentes das portas contrastam com o vidro e indicam às pessoas que ali há uma porta de vidro, fator importante para a orientação das pessoas com baixa visão, pois assim podem visualizar a presença de uma porta evitando que venham a colidir com a porta. A Figura 6 mostra a imagem da porta de entrada da B1.

Figura 6 – Porta de Entrada da Biblioteca Clóvis Vergara Marques



Fonte: GIACUMUZZI, 2013

O Checklist também contempla os requisitos necessários para acessibilidade física e arquitetônica de portas com dispositivos de acionamento manual ou com sensores pelo usuário e em portas de correr. Características que Não se Aplica (N/A) em nenhuma das bibliotecas, pois não possuem portas desse tipo.

Outros quesitos do Checklist que N/A para as bibliotecas dizem respeito a catracas na área de entrada e como nenhuma das bibliotecas é muito extensa, elas não possuem a necessidade de disponibilizar equipamentos de auxílio a mobilidade para usuários com dificuldade de locomoção.

Na entrada das bibliotecas pode haver planos e mapas táteis para orientação das pessoas com deficiência visual, mas nenhuma das bibliotecas possui.

Dessa maneira, as bibliotecas de forma geral estão atendendo a maior parte dos quesitos de acessibilidade em suas entradas, pois não há nenhuma barreira física ou arquitetônica que impeça a entrada pela porta, contudo melhorias como piso tátil e mapas táteis contribuiriam para o acesso e a orientação das pessoas com deficiência visual.

#### 7.1.4 Espaços Internos da Biblioteca

Após a análise do entorno e da entrada da biblioteca, o Checklist possui questões referentes à acessibilidade arquitetônica nos espaços internos.

A iluminação é um dos primeiros quesitos analisados no Checklist, pois é necessário evitar contrastes excessivos de seus níveis, o que ocorre nas bibliotecas estudadas já que elas mantêm níveis iguais de iluminação em seus ambientes. A B1, B2 e B3 possuem controles de iluminação diferentes em cada ambiente, e na B4 a iluminação de toda biblioteca é ligada por um mesmo comando

Uma medida para controlar os níveis de iluminação é possuir mecanismos que possibilitem ajustar a intensidade da luz, para evitar reflexos e radiação de calor, somente a B2 possui mecanismo para aumento e diminuição da iluminação ambiental.

Na iluminação deve-se evitar contraste, o que é totalmente o oposto quando pensamos nas cores das paredes, pisos, portas e maçanetas nas bibliotecas. No quesito que analisa se a biblioteca avalia o contraste de cores para facilitar a percepção dos elementos arquitetônicos pelas pessoas com baixa visão, as bibliotecas atendem parcialmente esse quesito, pois muitas possuem cores claras no piso e paredes, o que dependendo da acuidade visual da pessoa com baixa visão, ela não diferenciará as cores e, conseqüentemente, os elementos arquitetônicos que podem prejudicar sua locomoção com segurança.

Sobre os diferentes espaços da biblioteca Ferrés (2006, p. 25) afirma que,

A organização interna dos espaços deve ser claramente perceptível, evitando becos, áreas sem uso e qualquer outra configuração que possa causar confusão ou isolamento de pessoas com senso de orientação reduzido, como espelhos, portas de vidro, portas vai-vem, por exemplo.

As B1, B2 e B4 apresentam rota acessível ao longo da biblioteca, na B3 por causa da escada que liga a área de entrada com outras duas áreas da biblioteca, parte da biblioteca não está acessível para todos usuários.

A B1 e a B4 evitam becos e áreas sem uso na biblioteca, a B3 e B2 também evitam mas possuem alguns becos que não são sinalizados antecipadamente para evitar trajetos desnecessários.

As bibliotecas possuem áreas livres para circulação de uma ou duas pessoas, também possibilita a manobra de pessoas em cadeiras de rodas com deslocamento de 180°. Isso ocorre em quase todo ambiente das B1, B2 e B4, pois em alguns locais há zonas mais estreitas, mas em todo ambiente é possível a circulação de pessoas em cadeiras de rodas. Na B3, em seus ambientes é possível a circulação de uma ou duas pessoas como nas demais, e até seria possível que um cadeirante se locomovesse na biblioteca se não houvesse a escada já mencionada que separa os seus ambientes. Na maior parte dos ambientes das bibliotecas, o mobiliário está distribuído de forma que seja acessível a todos, e que as pessoas possam circular em seu entorno.

As bibliotecas não possuem sinalizações em Braille ou texto em relevo em seus ambientes. A B1, B3 e B4 não possuem nem sinalizações visuais suspensas, somente a B2 que possui sinalização suspensa e que é acessível, pois está numa altura superior à 2,10m do piso.

No Quadro 4 abaixo está relacionada a altura do piso que alguns elementos de eletricidade devem obedecer.

Quadro 4 – Altura de Elementos Condutores de Eletricidade

<b>Altura do Piso</b>	<b>Elemento de Eletricidade</b>
Entre 0,60m a 1,00m	Interruptores de luz, de disjuntor
Entre 0,40m a 1,00m	Tomadas Elétricas
Entre 0,80m a 1,20m	Quadro de luz

Fonte: ABNT, 2004

A B1, a B2 e a B3 não possuem esses elementos nessas alturas do piso. A B4 possui tomadas elétricas nessa altura indicada e seu quadro de luz não está na altura adequada conforme apresentada no Quadro 4, enquanto a B4 não possui interruptores de luz.

As quatro bibliotecas possuem armários guarda-volumes, pois os usuários não podem circular com bolsas ou mochilas nos ambientes, e devem colocar seus materiais nos armários guarda-volumes. O guarda-volumes para ser acessível deve estar entre 0,40m à 1,20m de altura do piso.

Na Figura 7 está o armário guarda-volumes da B1 que possui diversos espaços dentre a altura acessível. Na Figura 8, o guarda-volumes da B2 que está mesclado com estantes e possui alguns espaços acessíveis. A Figura 9 mostra o



guarda volumes da B4 que possui somente uma fileira de espaços numa altura acessível.

Figura 7 – Guarda-volumes da Biblioteca Clóvis Vergara Marques



Fonte: GIACUMUZZI, 2013

O guarda-volumes da B3 é parecido com o da B1, possuindo diversos espaços em altura acessível.

Figura 8 – Guarda-volumes da Biblioteca do TRF4



Fonte: GIACUMUZZI, 2013



Figura 9 – Guarda- volumes da Biblioteca Central da UFRGS



Fonte: GIACUMUZZI, 2013

As bibliotecas não possuem bebedouros e telefones públicos suspensos, por isso os quesitos sobre esses mobiliários físicos N/A nas bibliotecas.

Por meio da análise dos dados, percebe-se que as bibliotecas atendem parcialmente aos quesitos necessários para a acessibilidade em seu espaço internos. Contrastes de cores e alturas dos mobiliários, em muitos casos como observado acima, não estão de acordo com a ABNT 9050/2004.

### **7.1.5 Pisos**

O piso da biblioteca para ser acessível deve ter algumas características como superfície regular, firme, estável e sem trepidações, além de ser antiderrapante na condição de seco ou de molhado. Além disso, o piso deve ser opaco para não provocar reflexos.

As quatro bibliotecas possuem pisos nessas condições. Seus pisos não possuem inclinações sendo superfícies retas, portanto as questões do Checklist referente à inclinação transversal do piso e área de descanso ao longo das inclinações resultam em N/A.

Sendo assim, os pisos das bibliotecas são consideradas acessíveis, pois são regulares, firmes e não possuem quaisquer tipos de rugosidades em sua extensão que possa prejudicar a mobilidade das pessoas.

### 7.1.6 Capachos, Forrações, Carpetes e Tapetes

Forrações e carpetes são duas formas de revestimento de pisos e nenhuma das bibliotecas do estudo possui algum desse tipo de revestimento. Entretanto todas as bibliotecas possuem um capacho ou tapete em sua entrada e, considerando que todas elas só possuem uma entrada, os tapetes se encontram em suas rotas acessíveis. Apesar de nenhum tapete estar embutido no chão, todos estavam fixados no chão sem formar quaisquer tipos de enrugamento.

Figura 10 – Capacho da Biblioteca Central da UFRGS



Fonte: GIACUMUZZI, 2013

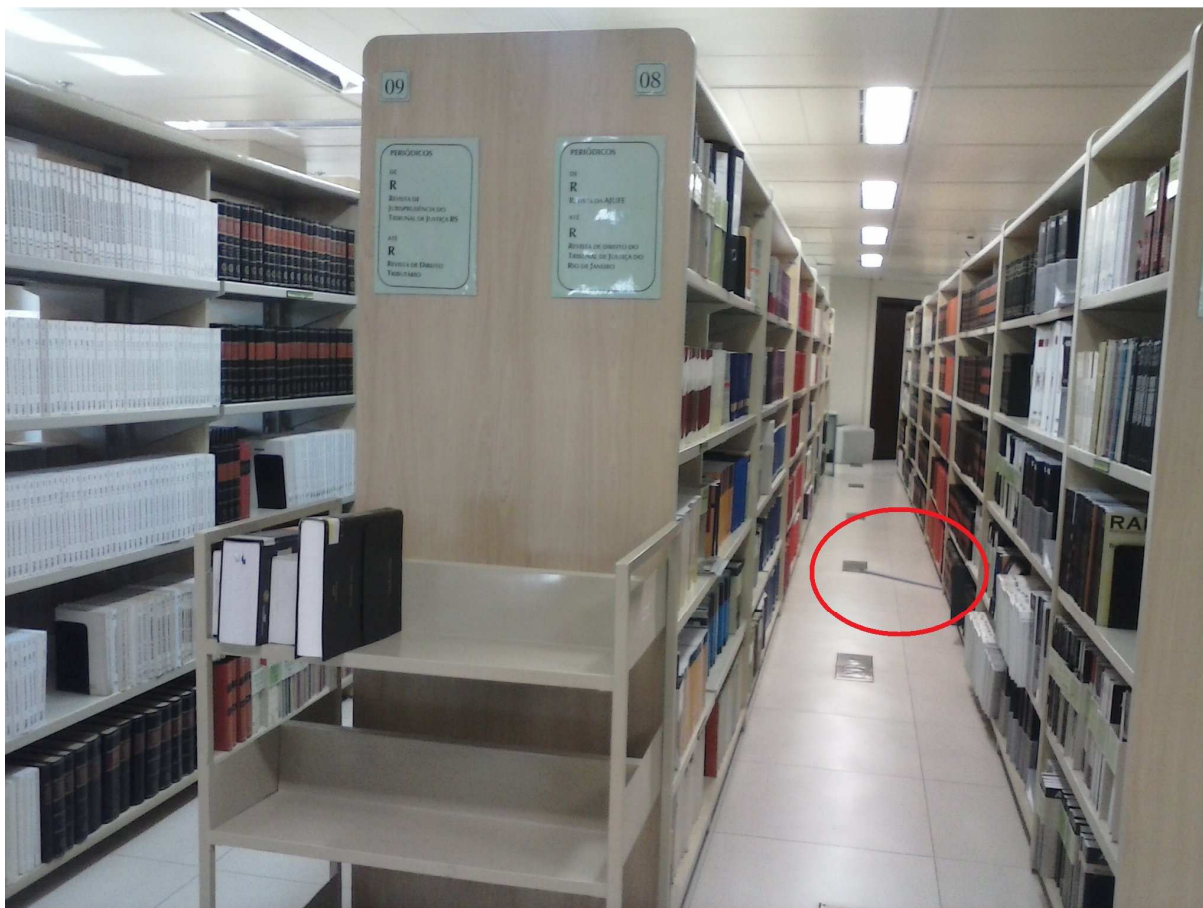
Desses tapetes somente os das B2 e B3 não formam um desnível superior à 5mm e suas felpas não apresentam altura superior a 6mm. Os tapetes das B1 e B4 (Figura 10) não atendem esses quesitos pois superam as alturas exigidas comprometendo o acesso dos usuários. Os desníveis desses tapetes dificultam a mobilidade dos usuários com deficiência física ou com mobilidade reduzida.

### 7.1.7 Desníveis, Degraus, Escadas Fixas, Rampas e Corrimãos

As bibliotecas estudadas evitam desníveis de piso e nenhuma possui rampas. Entretanto, na B2 foi percebido alguns desníveis ocasionados por barras metálicas

no chão que causam uma leve irregularidade no chão além de alguns fios elétricos cobertos por uma barra metálica, o que resulta num pequeno desnível no chão conforme pode ser observado na Figura 11.

Figura 11 - Desnível no Chão da Biblioteca do TRF4



Fonte: GIACUMUZZI, 2013

A B1 e a B2 não possuem degraus, escadas fixas ou corrimãos em seu ambiente e, por isso, esses quesitos só foram avaliados nas B3 e B4. As bibliotecas B3 e a B4 possuem escadas fixas que não possuem rotas acessíveis associadas a elas.

A escada da B3 separa o ambiente da entrada da biblioteca de outros dois ambientes, conforme mostra a Figura 12. Descendo a escada é possível acessar o espaço infantil da biblioteca. Subindo as escadas encontra-se o ambiente com as mesas de estudo e estantes e o espaço da maior parte do acervo. Estes dois ambientes só podem ser acessados ao entrar-se na biblioteca e utilizar a escada.

Como não há rampas ou equipamentos de transporte vertical/inclinado, os espaços estão inacessíveis para alguns usuários.

Figura 12 – Escadas da Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães



Fonte: GIACUMUZZI, 2013

Os degraus da escada atendem os quesitos da NBR 9050/2004, pois os espelhos dos degraus estão entre o mínimo de 0,16m e o máximo de 0,18m, os pisos entre o mínimo de 0,28m e o máximo de 0,32m e, a largura da escada superior à 1,20m. A escada só não atende o quesito referente à sinalização, pois seus degraus não apresentam sinalização visual.

Os quesitos necessários nas escadas e seus degraus não são atendidos pela B4, pois trata-se de uma escada com largura e degraus com medidas inferiores ao orientado pela NBR 9050/2004. A escada da B4 é uma escada de serviço que leva para um ambiente de uso exclusivo dos funcionários. Porém, ainda há um problema de falta de acessibilidade que afeta os funcionários da biblioteca já que essa escada é a única forma de acesso ao ambiente.

Rampas, degraus e escadas fixas devem possuir corrimãos. Como a B3 e B4 não possuem rampas e degraus, foram avaliados os corrimãos instalados nas escadas fixas.

Na B3 e B4, os corrimãos instalados em ambos os lados, são feitos de materiais rígidos, firmemente fixados às paredes, altura entre 0,70m e 0,92m e afastados da parede com distância mínima de 4,0cm. Tais fatores condizem com o exigido pela NBR 9050/2004, porém os corrimãos não estão devidamente sinalizados.

Seguindo as orientações da NBR 9050/2004, o diâmetro deve estar entre 3,0cm e 4,5cm, atendido pela a B4 e não pela a B3. Dá-se preferência para corrimãos circulares, o que apresenta a B4 enquanto o da B3 é quadrado. Entretanto, ambos permitem boa empunhadura e deslizamento.

Na B3 e na B4, os corrimãos nas escadas não se prolongam antes do início e após o término das escadas, e seu acabamento nas extremidades não é recurvado mas são corrimãos contínuos sem interrupção nos patamares das escadas.

Nos quesitos avaliados acima, considera-se que a B1 e a B2 atendem plenamente a acessibilidade dentro de seus espaços. Já a B4 atende parcialmente, pois sua escada torna, pelo menos, um espaço inacessível. Contudo, na B3 há um problema de falta de acessibilidade, pois quase todo espaço da biblioteca está inacessível para pessoas em cadeiras de rodas ou com mobilidade física.

### 7.1.8 Corredores

É pelos corredores que o usuário circula pela biblioteca e seus espaços, sendo distribuído para a circulação de mais de uma pessoa e pessoas que utilizam acessórios de mobilidade como muletas, andador, cadeiras de rodas, entre outros.

Os corredores das quatro bibliotecas são dimensionados de acordo com o fluxo de pessoas. O Quadro 5 mostra a extensão do corredor e sua largura mínima correspondente de acordo com a NBR 9050/2004.

Quadro 5 – Extensão do Corredor e sua Largura Mínima Correspondente

<b>Extensão do Corredor</b>	<b>Largura Mínima do Corredor</b>
Corredor até 4,0m	0,90m
Corredor até 10,0m	1,20m
Corredor superior a 10,0m	1,50m

Fonte: ABNT, 2004.



Além da amplitude do corredor, é necessário que ele tenha a menor quantidade possível de obstáculos que prejudiquem a acessibilidade, como jarros de vegetação, expositores de livros e outros materiais, mesas e cadeiras avulsas, entre outros.

Figura 13 – Colunas no Corredor da Biblioteca Central da UFRGS



Fonte: GIACUMUZZI, 2013

A única biblioteca, dentre as estudadas, que possuía obstáculos inacessíveis era a B4, pois há colunas nos corredores, que fazem parte da arquitetura (Figura 13). Mas foi observado que outros obstáculos são evitados, no ambiente da biblioteca, para não prejudicar a circulação das pessoas nos corredores ou para dificultar a locomoção das pessoas com mobilidade reduzida.

#### 7.1.9 Sanitários

O Checklist também possui quesitos relacionados com os sanitários acessíveis. De acordo com Ferrés (2006, p. 28),

A biblioteca tem que possuir banheiros acessíveis com a máxima prioridade. Um dos direitos básicos que qualquer pessoa deve ter é acesso irrestrito e condições de privacidade ao que se refere à higiene pessoal.

A B1 é a única biblioteca do estudo que possui sanitário acessível, dentro da própria biblioteca, para uso das pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida, sendo que o sanitário acessível está em rota acessível, porém não possui sinalização internacional de acessibilidade.

A B2, B3 e B4 não possuem sanitários dentro das bibliotecas, somente nos prédios onde estão localizadas. Já os prédios possuem sanitários acessíveis que estão localizados em rota acessível.

Na B2, o sanitário acessível está em rota acessível e possui sinalização internacional de acessibilidade, pois é necessário que os banheiros acessíveis sejam sinalizados para indicar sua presença para as pessoas com deficiência física.

## 7.2 ACESSIBILIDADE DO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS

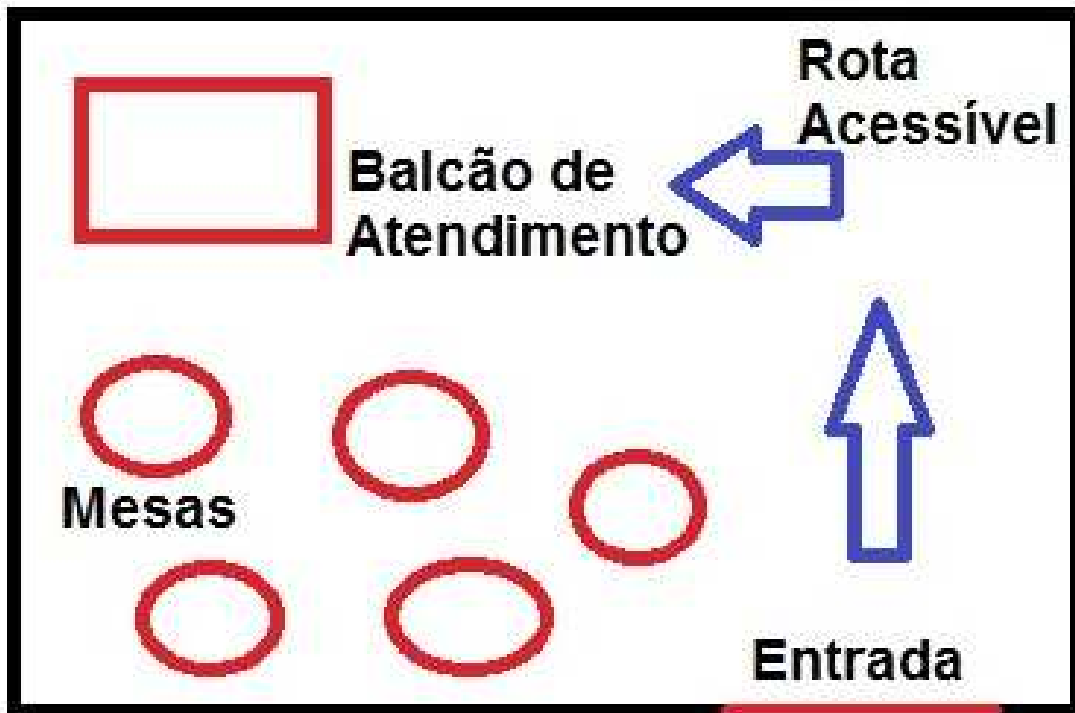
O mobiliário e os equipamentos devem estar em condições de acessibilidade, permitindo o acesso e a utilização por todas as pessoas. Nos próximos tópicos abordaremos os quesitos de acessibilidade que as bibliotecas do estudo atendem ou não, referente à acessibilidade do mobiliário e equipamentos.

### 7.2.1 Balcão de Atendimento ao Usuário

Na biblioteca, o balcão de atendimento ao usuário é um ponto importante. É ali que o usuário poderá falar com o bibliotecário, técnico em biblioteconomia ou auxiliar de biblioteca, para obter informações sobre a biblioteca e o seu acervo, e também é onde, em muitas bibliotecas, são feitos os serviços de empréstimo e devolução de materiais. A função do balcão já justifica incontestavelmente sua necessidade de ser acessível.

O balcão encontra-se em rotas acessíveis em todas as bibliotecas, atendendo o primeiro quesito de acessibilidade referente aos balcões. Na B2, B3 e B4, o balcão fica logo na entrada e, na B1 fica no lado oposto a entrada, conforme apresentado na Figura 14 que mostra uma rota acessível da entrada ao balcão indicada por seta azul na imagem do leiaute da biblioteca. A rota é acessível, pois está livre de quaisquer barreiras e obstáculos físicos e arquitetônicos.

Figura 14 – Rota Acessível da Entrada ao Balcão de Atendimento ao Usuário



Fonte: GIACUMUZZI, 2013.

Seguindo as orientações da NBR 9050/2004, uma parte da superfície do balcão deve ter altura de no máximo 0,90m do piso, em pelo menos 0,90m de sua extensão, quando o comprimento for inferior a 0,90m devem ter em toda sua extensão altura entre 0,73m e 0,90m do piso. B1, B2 e B4 atendem este requisito e a B3 não o atende.

Outros requisitos necessários para garantir a acessibilidade física dos balcões de atendimento é permitir a aproximação frontal das pessoas em cadeiras de rodas, possuir a parte superior livre de barreiras e ter seu revestimento opaco. Todas as bibliotecas do estudo possuem balcões com sua parte superior livre de barreiras.

Por meio do revestimento opaco, evitam-se reflexos de luz que prejudicam a orientação sensorial da pessoa com baixa visão. Todas as bibliotecas possuem balcão opaco. Entretanto, nas bibliotecas estudadas, não é possível a aproximação frontal do usuário em cadeira de rodas, com exceção da B2 aonde a aproximação é possível. A Figura 15 mostra a extensão do balcão de atendimento da B4, que possui menor altura, para demonstrar que não é possível a aproximação frontal de pessoas em cadeira de rodas.



Figura 15 – Balcão de Atendimento da Biblioteca Central da UFRGS



Fonte: GIACUMUZZI, 2013

A B2 é a única biblioteca que atende todos os quesitos de acessibilidade. Apesar das demais bibliotecas não atenderem algum dos outros quesitos é importante que o balcão de atendimento sempre possa ser alcançado por meio de uma rota acessível. Dessa forma, as demais bibliotecas atendem parcialmente os quesitos de acessibilidade no mobiliário referente ao balcão de atendimento ao usuário.

### **7.2.2 Mesas ou Superfícies para Trabalho, Leitura e/ou Estudo**

Diversos serviços são oferecidos nas bibliotecas que vão muito além do empréstimo de materiais. As bibliotecas contribuem com a busca pelo conhecimento de seus usuários e também pela busca de livros e outros materiais que estimulem o lúdico. Por isso, as bibliotecas devem apresentar ambientes que propiciem o estudo, o trabalho e a leitura para seus usuários.

As mesas ou superfícies para trabalho, estudo e/ou leitura são parte importante do mobiliário, pois são nelas que os usuários irão ficar o tempo

necessário, que pode ser desde alguns minutos até horas, para estudar, ler, fazer uma pesquisa acadêmica ou para trabalho. São inúmeras as possibilidades de usos que a biblioteca terá para cada usuário, mas esse uso só será acessível se as bibliotecas dispuserem de mobiliário acessível e confortável a ser utilizado por todas as pessoas.

As mesas estarem localizadas em rotas acessíveis, faz-se necessário pois só assim poderão ser acessados por todos. As B1, B2 e B4 possuem mesas distribuídas em rotas acessíveis. A B3 não possui pois para acessar as mesas, o usuário precisa subir uma escada que não está associada a nenhum recurso de acessibilidade.

Abaixo apresentamos a Quadro 6 que mostra os demais quesitos de acessibilidade contemplados pelas quatro bibliotecas.

Quadro 6 - Quesitos de Acessibilidade do Checklist

No entorno das mesas é garantida uma faixa livre de circulação de 0,90 m e área de manobra para o acesso às mesmas?
As mesas de leitura e estudo permitem a aproximação frontal completa, especialmente de pessoas em cadeiras de rodas, com altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso, com módulo de referência possibilitando avançar sob as mesas ou superfícies até no máximo 0,50 m?
As mesas apresentam altura e posição acessíveis e confortáveis? (Recomenda-se a altura entre 0,75 m e 0,85 m do piso.)
As mesas apresentam revestimento opaco? (Recomenda-se que não seja utilizado verniz ou qualquer outro revestimento, polimento brilhante que cause reflexos, prejudicando o equilíbrio sensorial de pessoas com baixa visão.)
Pelo menos 5% das mesas ou superfícies para estudo, leitura ou trabalho são acessíveis? (Recomenda-se que, no mínimo, um do total das mesas, deve ser acessível e, pelo menos, 10% sejam adaptáveis para acessibilidade.)
As cadeiras para uso nas mesas de estudo e leitura são flexíveis ao deslocamento? (Recomenda-se que as cadeiras não sejam fixadas no chão, mas reguláveis para se adaptar às características físicas dos usuários, permitindo uma postura ereta e cômoda.)

Fonte: NICOLETTI, 2010.

As bibliotecas possuem mesas com alturas acessíveis, que permitem a aproximação frontal dos usuários e circulação adequada em seu entorno. As mesas possuem revestimento opaco evitando reflexos que prejudicam a acessibilidade das pessoas com baixa visão. E nenhuma das bibliotecas possuía cadeiras fixas, pois todas eram flexíveis ao deslocamento, podendo o usuário aproximar ou afastar a cadeira de acordo com sua necessidade.

Figura 16 – Mesa da Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães



Fonte: GIACUMUZZI, 2013

A Figura 16 mostra mesa da B3, a mesa possui uma superfície inclinada e seus ângulos não estão arredondados a fim de evitar acidentes, na B4 (Figura 17) também há mesas retangulares que não possuem seus ângulos arredondados. A B3 assim como a B1 e B4 possuem mesas redondas. A B2 e a B4 possuem mesas individuais para uso dos usuários.

Figura 17 – Mesa retangular da Biblioteca Central da UFRGS



Fonte: GIACUMUZZI, 2013

O único quesito não atendido pelas bibliotecas é que nenhuma possui suporte para apoio de textos complementares junto a mesas com computador. Na Figura 18 podemos ver uma mesa individual com computador da B2 e percebe-se que não há tal suporte para apoio.

Figura 18 – Mesa com Computador da Biblioteca do TRF4



Fonte: GIACUMUZZI, 2013



### 7.2.3 Computadores/ Terminais de Consulta

Com a automatização das bibliotecas os catálogos estão mais disponíveis nos meios eletrônicos, com isso, criou-se na biblioteca uma mudança na forma de consultar o catálogo. Se antes os usuários necessitavam procurar fichas em grandes armários de fichário, agora por meio do computador, os usuários precisam somente buscar no catálogo eletrônico que pode ou não estar online.

Assim, as bibliotecas para seguirem o avanço tecnológico precisam disponibilizar aos usuários computadores ou terminais de consulta para que o usuário possa fazer suas buscas no catálogo da biblioteca, ou pesquisar em bases de dados que a biblioteca cede o acesso e até mesmo fazer pesquisas na Internet.

Para garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida, os computadores para terminais de consulta e para utilização dos usuários devem estar acessível. Todas as quatro bibliotecas do estudo possuem computadores cujas partes e mobiliários estão acessíveis. Suas mesas possibilitam o acesso de um cadeirante, e os mobiliários são ajustáveis de forma simples, segura e com tolerância ao erro. A Figura 19 mostra o terminal de consulta da B3.

Figura 19 – Terminal de Consulta da Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães



Fonte: GIACUMUZZI, 2013

A tela e a torre dos computadores estão fixas nas bibliotecas, mas seus periféricos são flexíveis podendo ser afastados ou aproximados pelas pessoas que os utilizarem. E também seus periféricos podem ser substituídos por componentes adaptados, sendo assim as bibliotecas atendem parcialmente esses quesitos de flexibilidade e independência dos componentes que formam os computadores.

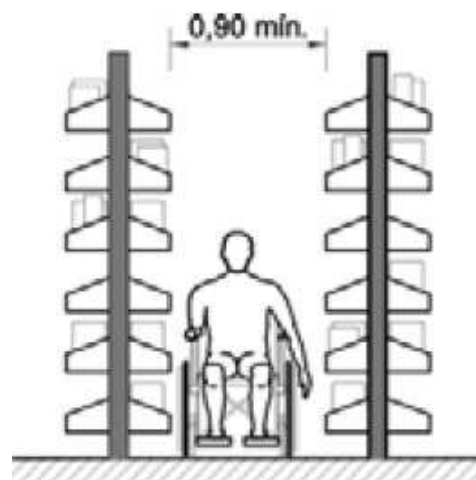
Os botões de liga/desliga e dispositivos de computadores para estarem acessíveis ao alcance manual devem estar entre 0,40m à 1,20m de altura do piso, e todas as bibliotecas atenderam esse quesito possibilitando que as pessoas possam ligar e desligar o computador e utilizar seus dispositivos, como CD-ROM por exemplo, com autonomia.

#### 7.2.4 Estantes

Nas estantes estão os livros que são os motivos pelos quais as bibliotecas são planejadas, montadas e estruturadas. Nas estantes estão guardados os acervos de diferentes suportes, elas são distribuídas na extensão das bibliotecas de forma organizada para facilitar a procura dos livros e outros materiais.

A distância mínima entre as estantes deve ser de 0,90m de largura de acordo com a NBR 9050/2004, por meio dessa distância é possível que uma pessoa em cadeira de rodas se locomova com autonomia entre as estantes, como exemplificado na Figura 20.

Figura 20 – Distância Mínima Entre as Estantes

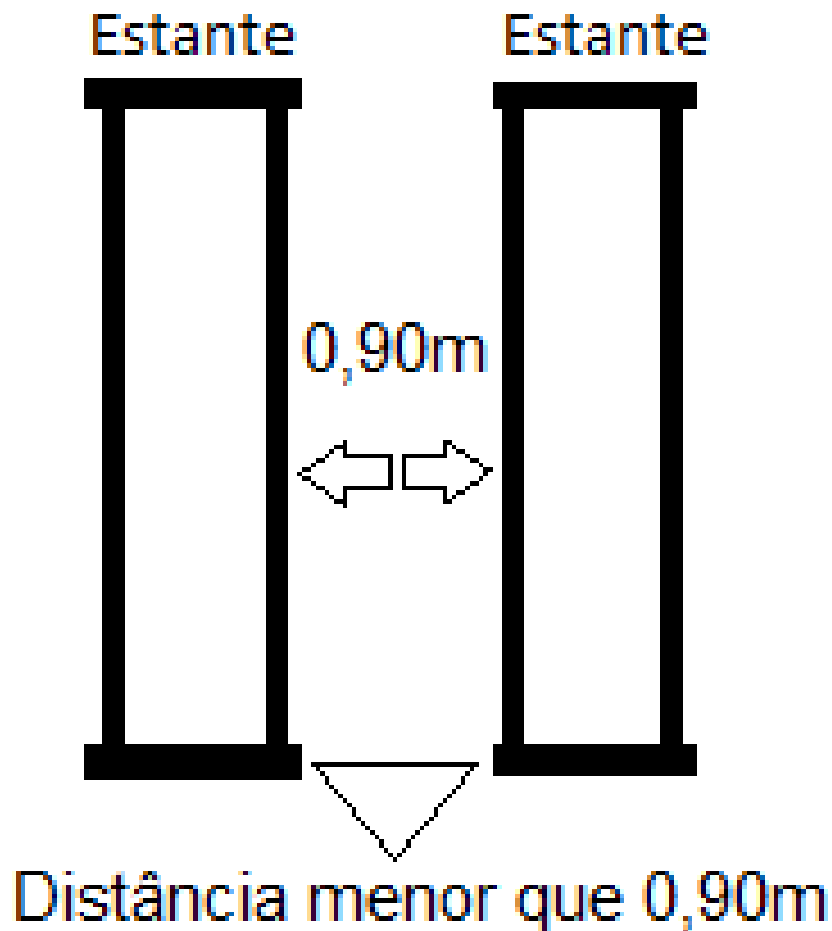


**Vista frontal**

Fonte: ABNT, 2004.

A B1 e a B3 atendem o quesito de distância mínima de 0,90m de largura entre as estantes. A B2 não atende uma vez que a distância entre as estantes varia de 0,80m à 0,85m de largura. A B4 atende parcialmente o quesito pois suas estantes estão separadas por uma distância de 0,90m de largura, mas na borda das estantes há uma barra que diminui no início e no final de cada estante a distância entre elas, conforme exemplificado na Figura 21.

Figura 21 – Demonstração de Largura Entre as Estantes da Biblioteca Central da UFRGS



Fonte: GIACUMUZZI, 2013

A Figura 22 mostra como é a barra na estante da B4, que diminui a distância entre as estantes, fazendo com que a B4 não atenda totalmente o quesito de acessibilidade necessário sobre a largura mínima entre as estantes.

Figura 22 – Barra Metálica da Estante da Biblioteca Central da UFRGS



Fonte: GIACUMUZZI, 2013

Outro quesito é sobre os corredores entre as estantes pois a cada 15m deve haver espaço que permita a manobra de cadeira de rodas. Entre as estantes das bibliotecas há corredores e era possível que um cadeirante fizesse uma manobra, exceto na B3 pois as estantes vão até o encontro da parede conforme pode ser observado na Figura 23 abaixo.

Figura 23 – Estantes da Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães



Fonte: GIACUMUZZI, 2013



Na Figura 24 abaixo, pode-se observar o corredor entre as estantes para possibilitar que um cadeirante possa circular entre as estantes da B1.

Figura 24 – Estantes da Biblioteca Clóvis Vergara Marques



Fonte: GIACUMUZZI, 2013

O último quesito para acessibilidade física e arquitetônica das estantes refere-se à altura da disposição dos livros nas estantes. De acordo com a NBR 9050/2004, a altura máxima é de 1,20m possibilitando que os livros fiquem ao alcance manual confortável e acessível para todos os usuários. Livros ou outros materiais colocados numa altura superior dificultam ou impossibilitam o acesso de cadeirantes, pessoas com baixa estatura ou crianças. Por questões de ergonomia e acessibilidade, os livros também não devem ser armazenados em prateleiras com altura muito baixas

próximas ao piso, pois dificulta o acesso de cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida.

A utilização de escadas ou banquinhos para alcançar os livros que estão nas prateleiras das estantes com altura maior que 1.20m do piso devem ser evitadas por motivos de segurança dos funcionários e usuários, além de que uma escada não torna acessível as estantes pois não pode ser utilizada por pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida.

Nenhuma das bibliotecas atendeu esse quesito pois todas apresentam livros ou outros materiais, em algumas estantes, numa disposição maior do que 1,20m de altura do piso.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise geral dos dados obtidos, conclui-se que as bibliotecas do estudo que apresentam melhores condições de acessibilidade são a B2 e a B4, pois elas não possuem nenhum impedimento físico ou arquitetônico que impeça as pessoas de chegarem até a biblioteca ou impedimentos para circular em seus ambientes.

A B1 está localizada numa rota inacessível dentro do IFRS – Campus Porto Alegre até que seja transferida para o local previsto no projeto arquitetônico do IFRS – Campus Porto Alegre que prevê acessibilidade em toda instituição, a biblioteca estará inacessível para uma parcela da população que poderia ser usuário ou funcionário da biblioteca. Esse fator contrasta com o ambiente interno da biblioteca que é acessível.

Na B3 ocorre o oposto, há uma rota acessível que leva até a biblioteca, mas seu ambiente interno está inacessível devido as escadas que impedem o acesso nos ambientes além da entrada da biblioteca.

Sendo assim, pode-se observar que a acessibilidade em bibliotecas acontece por meio do conhecimento legal de que a acessibilidade é um direito de todos e do atendimento às NBRs, principalmente a NBR 9050/2004 que orienta sobre as diretrizes que devem ser obedecidas para garantir a acessibilidade física e arquitetônica nos ambientes e no mobiliário e equipamentos.

As diretrizes da NBR 9050/2004 vão de acordo com o que busca o Desenho Universal, de tornar espaços, produtos e serviços disponíveis para todos de forma equitativa.

O Design Universal contribui, efetivamente, para a acessibilidade e igualdade entre todas as pessoas, pois pretende que todas as pessoas possam compartilhar dos mesmos ambientes e fazer uso dos mesmos produtos, deixando para último caso a adaptação, que muitas vezes pode conduzir à discriminação ou exclusão.

E um meio garantido da biblioteca, independentemente de suas tipologias, ser acessível para todas as pessoas, é permitir o acesso das pessoas até a biblioteca, promovendo um ambiente em que qualquer pessoa possa circular com autonomia e segurança, seja para buscar uma informação ou para trabalhar. A acessibilidade arquitetônica visa o acesso mais facilitado, sem barreiras aos usuários da biblioteca, mas também deve atender aos funcionários das mesmas, com a preocupação de

uma melhor qualidade de vida. Por meio da acessibilidade arquitetônica teremos bibliotecas acessíveis que se tornarão, efetivamente, centro de saberes, lugar onde o conhecimento está disponível para todos.

A acessibilidade é para todos, e o acessível só se faz por meio da diferença. Somente respeitando as diferenças de cada pessoa, conseguiremos tornar nossas bibliotecas, nossos ambientes acessíveis. Todos somos diferentes e temos direito à acessibilidade, por isso vivemos na Era da Bibliodiversidade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Bibliotecas Públicas e Bibliotecas Alternativas**. Londrina: Ed. UEL, 1997.

ARAUJO, Raquel Leite. **Indexação em Bibliotecas Jurídicas**: um estudo exploratório. 2010.60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/27807>>. Acesso em: 05 jun. 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; LAVOR, Maria Aparecida de. O Perfil das Bibliotecas Públicas do Estado do Ceará: um sistema em funcionamento. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 17, n. 2, p. 232-245, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/783/pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir Jose. O Papel Social da Biblioteca Pública na Interação entre Informação e Conhecimento no Contexto da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 16, n. 4, p. 29-41, out./ dez. 2011. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000011595&dd1=e9c9f>>. Acesso em: 05 jun. 2013.

BRASIL. **Decreto Nº 129**, de 22 de maio de 1991. Promulga a Convenção nº 159, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0129.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0129.htm)>. Acesso em: 10 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 3.298**, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm)>. Acesso em: 15 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 3.691**, de 19 de dezembro de 2000. Regulamenta a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que dispõe sobre o transporte de pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3691.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3691.htm)>. Acesso em: 10 nov. 2013

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 3.956**, de 08 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3956.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm)>. Acesso em: 15 jun. 2013.

BRASIL. **Decreto Nº 5.296**, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)>. Acesso em: 15 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)>. Acesso em: 5 nov. 2013

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 5.904**, de 21 de setembro de 2006. Regulamenta a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/Decreto/D5904.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5904.htm)>. Acesso em: 5 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 6.949**, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)>. Acesso em: 03 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 7.235**, de 19 de julho de 2010. Regulamenta a Lei nº 12.190, de 13 de janeiro de 2010, que concede indenização por dano moral às pessoas com deficiência física decorrente do uso da talidomida. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7235.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7235.htm)>. Acesso em: 5 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 7612**, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm)>. Acesso em: 15 jun. 2013

\_\_\_\_\_. Fundação Biblioteca Nacional. **A Biblioteca Pública**: administração, organização, serviços. Porto Alegre: L&PM, 1999.

\_\_\_\_\_. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução Nº 33**, de 4 de julho de 2008. Define a suspensão da execução do Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência (PAED), até ulterior deliberação, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.fnede.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3262-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-33-de-4-de-julho-de-2008>>. Acesso em: 4 nov. 2013.

BRASIL. **Lei Nº 10.048**, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10048.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10048.htm)>. Acesso em: 4 nov. 2013

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm)>. Acesso em: 15 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 10.182**, de 12 de fevereiro de 2001. Restaura a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis destinados ao transporte autônomo de passageiros e ao uso de portadores de deficiência física, reduz o imposto de importação para os produtos que especifica, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10182-12-fevereiro-2001-365561-norma-actualizada-pl.html>>. Acesso em: 3 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm)>. Acesso em: 4 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 10.845**, de 5 de março de 2004. Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.845.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.845.htm)>. Acesso em: 4 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 11.126**, de 27 de junho de 2005. Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/Lei/L11126.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/L11126.htm)>. Acesso em: 4 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 11.133**, de 14 de julho de 2005. Institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11133.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11133.htm)>. Acesso em: 4 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 12.190**, de 13 de janeiro de 2010. Concede indenização por dano moral às pessoas com deficiência física decorrente do uso da talidomida, altera a Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12190.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12190.htm)>. Acesso em: 4 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 12.622**, de 8 de maio de 2012. Institui o Dia Nacional do Atleta Paraolímpico e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12622.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12622.htm)>. Acesso em: 4 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 12.764**, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm)>. Acesso em: 03 nov. 2013.

BRASIL. **Lei Nº 4.613**, de 2 de abril de 1965. Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, os veículos especiais destinados a uso exclusivo de paraplégicos ou de pessoas portadoras de defeitos físicos, os quais fiquem impossibilitados de utilizar os modelos comuns. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4613-2-abril-1965-377856-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 08 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 7.070**, de 20 de dezembro de 1982. Dispõe sobre pensão especial para os deficientes físicos que especifica e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1980-1988/L7070.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7070.htm)>. Acesso em: 08 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 7.405**, de 12 de novembro de 1985. Torna obrigatória a colocação do “Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1980-1988/L7405.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7405.htm)>. Acesso em: 05 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 7.853**, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm)>. Acesso em: 15 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 8.160**, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8160.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8160.htm)>. Acesso em: 5 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 8.686**, de 20 de julho de 1993. Dispõe sobre o reajustamento da pensão especial aos deficientes físicos portadores da Síndrome de Talidomida, instituída pela Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1989\\_1994/L8686.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/L8686.htm)>. Acesso em: 5 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 8.687**, de 20 de julho de 1993. Retira da incidência do Imposto de Renda benefícios percebidos por deficientes mentais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1989\\_1994/L8687.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/L8687.htm)>. Acesso em: 5 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 8.899**, de 29 de junho de 1994. Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8899.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8899.htm)>. Acesso em: 5 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 8.989**, de 24 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para



utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8989.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8989.htm)>. Acesso em: 5 nov. 2013.

BRASIL. **Projeto de Lei 7699/2006**. Institui o Estatuto do Portador de Deficiência e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=50769745D5B735FAA030B673053CFEE6.node1?codteor=432201&filename=PL+7699/2006](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=50769745D5B735FAA030B673053CFEE6.node1?codteor=432201&filename=PL+7699/2006)>. Acesso em: 4 nov. 2013.

BRETTAS, Aline Pinheiro. A Biblioteca Pública: um papel determinado e determinante na sociedade. **Biblios**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 1, n. 2, p. 101-118, jul./ dez. 2010. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000010116&dd1=2d070>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

CAMPELLO, Bernadete Santos et al. Parâmetros para Bibliotecas Escolares Brasileiras: fundamentos de sua elaboração I. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 21, n. 2, p. 105-120, maio/ ago. 2011. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000011066&dd1=95471>>. Acesso em: 04 jun. 2013.

CAMPELLO, Bernadete Santos. Biblioteca e Parâmetros Curriculares Nacionais. In: CAMPELLO, Bernadete Santos et al. **A Biblioteca Escolar**: temas para uma prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

CAMPOS, Cláudia de Arruda; BEZERRA, Maria de Lourdes Leandro. Bibliotecas Escolares: um espaço estratégico. In: NERY, Alfredina et al. **Biblioteca Escolar**: estrutura e funcionamento. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

CARVALHO, Isabel Cristina Louzada. **A Socialização do Conhecimento no Espaço das Bibliotecas Universitárias**. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

CASTRILLÓN, Silvia. **O Direito de Ler e de Escrever**. São Paulo: Pulo do Gato, 2011.

COPPOLA JUNIOR, Claudinei; CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes. Bibliotecas Escolares no Ensino Fundamental: caminhos para a implantação. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 3-15, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/12284/8633>>. Acesso em: 21 jun. 2013.

CÔRTE, Adelaide Ramos e; BANDEIRA, Suelena Pinto. **Biblioteca Escolar**. Brasília: Briquet de Lemos/ Livros, 2011.

DAVOK, DelsiFries; PEREIRA, Carla Purcina de Campos. Gestão da Biblioteca Pública de Santa Catarina: planejamento, organização, liderança, controle e avaliação. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 325-340, jan./ jun. 2011. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000009970&dd1=39e80>>. Acesso em: 05 jun. 2013.

DAVOK, DelsiFries; PEREIRA, Carla Purcina de Campos; ORDOVÁS, Gleide Bitencurte. Estudo do Layout da Biblioteca Pública de Santa Catarina. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 16, n.1, p. 341-357, jan./ jun. 2011. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000009972&dd1=e0971>>. Acesso em: 05 jun. 2013

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECAS E INSTITUIÇÕES. **Código de Ética da IFLA para Bibliotecários e Outros Profissionais da Informação**. 2012. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/faife/codesofethics/portugueseofethicsfull.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECAS E INSTITUIÇÕES. **Manifesto IFLA/UNESCO para Biblioteca Escolar**. 1999. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECAS E INSTITUIÇÕES. **Manifesto IFLA/UNESCO para Bibliotecas Públicas**. 1994. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

FERREIRA, Luciana Alves; MAIA, Luiz Cláudio Gomes. Gestão da Informação em Bibliotecas Universitárias: as práticas do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Goiás (Sibi/ UFG). **Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 181-202, jan./ abr. 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n36p181/24528>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

FERRÉS, Sofia Pérez. Acessibilidade Física. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez (Org.). **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas: UNICAMP, 2008. p. 36- 49.

FIGUEIREDO, Nice. Serviços Oferecidos por Bibliotecas Especializadas: uma revisão da literatura. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 11, n. 3/4, p. 155-168, jul./ dez. 1978. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000000794&dd1=16bcf>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

GIACUMUZZI, Gabriela da Silva. **Balcão de Atendimento da Biblioteca Central da UFRGS**. 2013. 1 Fotografia.

\_\_\_\_\_. **Barra Metálica da Estante da Biblioteca Central da UFRGS**. 2013. 1 Fotografia.

\_\_\_\_\_. **Botões para Acionar Elevador do TRF4**. 2013. 1 Fotografia.

\_\_\_\_\_. **Capacho da Biblioteca Central da UFRGS**. 2013. 1 Fotografia.

\_\_\_\_\_. **Colunas no Corredor da Biblioteca Central da UFRGS**. 2013. 1 Fotografia.

GIACUMUZZI, Gabriela da Silva. **Demonstração de Largura Entre as Estantes da Biblioteca Central da UFRGS**. 2013. 1 Ilustração.

\_\_\_\_\_. **Desnível no Chão da Biblioteca do TRF4** . 2013. 1 Fotografia.

\_\_\_\_\_. **Elevador do TRF4**. 2013. 1 Fotografia.

\_\_\_\_\_. **Escadas da Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães**. 2013. 1 Fotografia.

\_\_\_\_\_. **Estantes da Biblioteca Clóvis Vergara Marques**. 2013. 1 Fotografia.

\_\_\_\_\_. **Estantes da Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães**. 2013. 1 Fotografia.

\_\_\_\_\_. **Guarda-volumes da Biblioteca Central da UFRGS**. 2013. 1 Fotografia.

\_\_\_\_\_. **Guarda-volumes da Biblioteca Clóvis Vergada Marques**. 2013. 1 Fotografia.

\_\_\_\_\_. **Guarda-volumes da Biblioteca do TRF4**. 2013. 1 Fotografia.

\_\_\_\_\_. **Mesa com Computador da Biblioteca do TRF4**. 2013. 1 Fotografia.

\_\_\_\_\_. **Mesa da Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães**. 2013. 1 Fotografia.

\_\_\_\_\_. **Mesa retangular da Biblioteca Central da UFRGS**. 2013. 1 Fotografia.

GIACUMUZZI, Gabriela da Silva; NUNES, Helen Ribeiro; JARDIM, Silvana. Biblioteca Acessível: o bibliotecário como mediador de leitura. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS BRAILLE, 7, 2011, Campinas, **Anais ...** Campinas: UNICAMP, 2011. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/senabraille/apresentacoes/Trabalhos/Artigo-Biblioteca%20Acessivel%20o%20bibliotecario.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

GIACUMUZZI, Gabriela da Silva. **Porta de Entrada da Biblioteca Central da UFRGS**. 2013. 1 Fotografia.

\_\_\_\_\_. **Porta de Entrada da Biblioteca Clóvis Vergara Marques**. 2013. 1 Fotografia.

\_\_\_\_\_. **Rota Acessível da Entrada ao Balcão de Atendimento ao Usuário**. 2013. 1 Ilustração.

GIACUMUZZI, Gabriela da Silva. Sistemas de Bibliotecas da UFRGS e Programa Incluir UFRGS: o olhar discente sobre esta parceria inclusiva. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17, 2012, Gramado, **Anais ...**, Porto Alegre: UFRGS, 2012. Disponível em: <<http://www.snbu2012.com.br/anais/pdf/4QNM.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2013.

GIACUMUZZI, Gabriela da Silva. **Terminal de Consulta da Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães**. 2013. 1 Fotografia.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Estudo de Caso**. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIRALDO, Yicel Nayrobis Giraldo; BETANCUR, Gloria Elena Román. La biblioteca pública como mediadora en la construcción de la ciudadanía. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 209-228, jan./ jun. 2011. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000010678&dd1=70ed4>>. Acesso em: 23 mar. 2013.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. A Universidade e a “Sociedade da Informação”. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 225-242, jul./ dez. 2011. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000010840&dd1=bdea8>>. Acesso em: 05 jun. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Resultados Preliminares da Amostra CENSO 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 16 maio. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo/divulgacao.shtm>>. Acesso em 02 set.2013.

JACINTO, Solange de Oliveira. A Biblioteca Pública e os Deficientes Físicos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 89-104, jul./ dez. 2008. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000006199&dd1=5d6ac>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. **Avaliação Qualitativa e Quantitativa numa Biblioteca Universitária: grupos de foco**. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2005.

LITTON, Gaston. **Bibliotecas Escolares**. Buenos Aires: Bowker, 1974. (Breviarios del Bibliotecario, v. 16).

LITTON, Gaston. **La Biblioteca Especializada**. Buenos Aires: Bowker, 1974. (Breviarios del Bibliotecario, v. 18).

LITTON, Gaston. **La Biblioteca Publica**. Buenos Aires: Bowker, 1973. (Breviarios del Bibliotecario, v. 14).

LITTON, Gaston. **La Biblioteca Universitaria**. Buenos Aires: Bowker, 1974. (Breviarios del Bibliotecario, v. 17).

MACHADO, Adriana Menezes. **Avaliação de Acervo na Biblioteca Maria Helena Casarin da Cunha**. 2008.49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/70181>>. Acesso em: 28 maio 2013.

MACHADO, Marli; BLATTMANN, Ursula. A Biblioteca Universitária e sua Relação com o Projeto Pedagógico de um Curso de Graduação. **Biblios**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande, v. 25, n; 1, p. 9-20, jan./ jun. 2011. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000011556&dd1=26b61>>. Acesso em: 02 jun. 2013.

MARRA, Patrícia dos Santos Caldas. O Papel das Bibliotecas Universitárias na Comunicação Científica: um estudo sobre os repositórios institucionais. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 174-194, 2012. Edição Especial. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17nesp2p174/23563>>. Acesso em: 05 jun. 2013.

MARTINS, Rosana Maria; CAMPOS, Valéria Cristina. **Guia Prático para Pesquisa Científica**. 2. ed. Rondonópolis: Unir, 2004.

MELO, Amanda Meincke. Acessibilidade e Design Universal. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez (Org.). **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: UNICAMP, 2008. p. 29-33.

METZ, Márcia. **As Competências Profissionais do Bibliotecário e a sua Satisfação no Trabalho**: um estudo de multicascos em bibliotecas especializadas. 2009.111 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/22700>>. Acesso em: 05 jun. 2013.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. Cotia: Ateliê, 2002.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. Formação e Desenvolvimento de Coleções em Bibliotecas Especializadas. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 17, n. 1, p. 87-94, jan./ abr. 2007. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000004374&dd1=dd13e>>. Acesso em: 15 jun. 2013

MORO, Eliane Lourdes da Silva; ESTABEL, Lizandra Brasil. Bibliotecas Escolares: uma trajetória de luta, de paixão e de construção da cidadania. In: MORO, Eliane Lourdes da Silva; ESTABEL, Lizandra Brasil; SERAFINI, Loiva Teresinha; KAUP, Uli (Org.). **Biblioteca Escolar**: presente!. Porto Alegre: Evangraf; CRB-10, 2011.

MORO, Eliane L. da Silva; ESTABEL, Lizandra Brasil. **A Mediação da Leitura na Família, na Escola e na Biblioteca através das Tecnologias de Informação e de Comunicação e a Inclusão Social das Pessoas com Necessidades Especiais.** Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/173645387/Inclusao-Social-4-2-2011-a-mediacao-da-leitura-na-familia-na-escola-e-na-biblioteca-atraves-das-tecnologias-de-informacao-e-de-comunicacao-e-a-inclusao>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

MORO, Eliane Lourdes da Silva; ESTABEL, Lizandra Brasil. Mediadores de Leitura na Família, na Escola, na Biblioteca, na Bibliodiversidade. In: NEVES, Iara Conceição Bitencourt; MORO, Eliane Lourdes da Silva; ESTABEL, Lizandra Brasil. (Org.). **Mediadores de Leitura na Bibliodiversidade.** Porto Alegre: Evangraf/SEAD/UFRGS, 2012. p. 41-63.

MOUNT, Ellis. **Special Libraries and InformartionCenters:** an introductory text. 3. ed. Washington: Special Libraries Association, 1995.

NASCIMENTO-ANDRÉ, SayonaraLizton. Coleções em Bibliotecas Universitárias: manifestações da produção científica. **Encontros Bibli:** revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 17, n. 34, p. 57-85, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000011982&dd1=b12fe>>. Acesso em: 02 jun. 2013.

NICOLETTI, Tamini Farias. **Checklist para Bibliotecas:** um instrumento de acessibilidade para todos. 2010. 99 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/28114>>. Acesso em: 20 maio 2013.

**O que Significa Acessibilidade.** Disponível em: <[http://ambientes.ambientebrasil.com.br/arquitetura/acessibilidade/o\\_que\\_significa\\_a\\_cessibilidade.html](http://ambientes.ambientebrasil.com.br/arquitetura/acessibilidade/o_que_significa_a_cessibilidade.html)>. Acesso em: 13 nov. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948. Disponível em: <[http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm)>. Acesso em: 20 jun. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes.** 1975. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec\\_def.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2013.

PERES, Teresa Cristina Oliveira. Ferramentas do Endomarketing para Avaliar e Propor Melhorias no Clima Organizacional de uma Biblioteca Universitária Pública. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação,** Campinas, v. 9, n. 2, p. 12-24, jan./ jun. 2012. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000011684&dd1=cfb11>>. Acesso em: 02 jun. 2013.

RIBEIRO, Rejane M. R. A Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC): fator condicionante da inovação em bibliotecas universitárias. **Revista Digital de**

**Biblioteconomia & Ciência da Informação**, Campinas, v. 9, n. 2, p. 41-48, jan./ jun. 2012. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000011680&dd1=5c5e4>>. Acesso em: 08 jun. 2013.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca et al. A Biblioteca e o Bibliotecário no Imaginário Popular. **Biblionline**, João Pessoa, v. 9, n. 1, p. 82-95, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/15097/9599>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

SALASÁRIO, Maria Guilhermina da Cunha. Biblioteca Especializada e Informação: da teoria conceitual à prática na biblioteca do Laboratório de Mecânica de Precisão – LMP/UFSC. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 5, n. 5, p. 104-119, 2000. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000001386&dd1=0df61>>. Acesso em: 05 jun. 2013.

TARGINO, Maria das Graças. Bibliotecas Universitárias e Especializadas de São Luís (MA). **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 16, n. 1, p. 19-32, jan./ jun. 1988. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000002552&dd1=18dc7>>. Acesso em: 06 jun. 2013.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

## ANEXO A – Adaptação de Checklist

<b>INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS (CHECKLIST)</b>					
	<b>ITENS PARA AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS</b>	<b>S</b>	<b>N</b>	<b>P</b>	<b>N/A</b>
<b>1</b>	<b>ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA</b>				
<b>1.1</b>	<b>Entorno da Biblioteca</b>				
1.1.1	O transporte público no entorno da biblioteca é acessível, ou seja, dispõe de linhas de transporte urbano coletivo adaptado para o transporte de pessoas com limitações físicas ou mobilidade reduzida? (Conforme NBR 14022/2006.)				
1.1.2	O percurso entre "o ponto" de embarque/desembarque do transporte coletivo até a entrada da biblioteca é livre de obstáculos (degraus, blocos de concreto, grelhas ou barras de ferro sobressalentes no piso)?				
1.1.3	Próximo à entrada principal da biblioteca há faixa de pedestre com sinalização visual e sonora para pedestre?				
1.1.4	As calçadas no entorno da biblioteca ou do prédio no qual está localizada apresentam rebaixamentos devidamente sinalizados (tátil e visual)?				
	A calçada que dá acesso à biblioteca apresenta-se				



1.1.5	em bom estado de conservação, sem buracos ou pedras soltas do pavimento?				
1.1.6	As calçadas, passeios e vias exclusivas de pedestres que dão acesso ao prédio da biblioteca estão livres, completamente desobstruídas e isentas de interferências? (A faixa livre deve apresentar largura mínima recomendável de 1,50 m, sendo admissível de 1,20 m e altura livre mínima de 2,10 m.)				
1.1.7	Em caso de obras eventualmente existentes sobre a calçada, estas estão convenientemente sinalizadas e isoladas, assegurando-se a largura mínima de 1,20 m para circulação externa? (Na impossibilidade de acesso pela calçada, deve ser feito desvio pelo leito carroçável da via, providenciando-se uma rampa provisória, com largura mínima de 1,00 m e inclinação máxima de 10%.)				
1.1.8	Se existe uma rota acessível de acesso à biblioteca, mas esta não está localizada junto à entrada principal, esta rota não excede 6 (seis) vezes a trajetória principal utilizada por todos?				
1.1.9	A inclinação transversal do piso no exterior da biblioteca é de no máximo 3% e a inclinação longitudinal máxima de 5%? (Inclinações superiores a 5% são consideradas rampas e, portanto, devem atender a 6.5 da NBR 9050/2004.)				
1.1.10	Existem rotas acessíveis em toda a área circundante à biblioteca, desde pontos que forem considerados de interesse até a entrada principal da biblioteca?				
1.1.11	É previsto no mínimo um acesso vinculado através de rota acessível à circulação principal da				

	biblioteca e às circulações de emergência, quando existirem? (Recomenda-se que a distância entre cada entrada acessível e as demais não pode ser superior a 50 m.)				
<b>1.2</b>	<b>Estacionamento da Biblioteca</b>				
1.2.1	A biblioteca dispõe de estacionamento com vagas preferenciais para pessoas com limitação física ou mobilidade reduzida?				
1.2.2	Se o estacionamento possui de 11 a 100 vagas, pelo menos uma das vagas é preferencial para pessoas com limitações físicas ou mobilidade reduzida? (Para um estacionamento de até 10 vagas, não há previsão legal, contudo, recomenda-se a reserva de pelo menos uma vaga preferencial.)				
1.2.3	Se o estacionamento possui acima de 100 vagas, pelo menos 1% das vagas é preferencial para pessoas com limitação física ou mobilidade reduzida?				
1.2.4	As vagas preferenciais para pessoas com limitações físicas ou mobilidade reduzida possuem sinalização horizontal (pintada no piso) e vertical com o símbolo internacional de acesso? (Recomenda-se, ainda, que a vaga apresente placa por escrito com a informação relativa à condição de reserva de vaga e o público-alvo.)				
1.2.5	As vagas preferenciais estão situadas em piso plano?				
	As vagas preferenciais contam com um espaço adicional de circulação com no mínimo 1,20 m de				

1.2.6	largura quando afastada da faixa de travessia de pedestres, de forma a evitar a circulação das pessoas com limitações físicas ou mobilidade reduzida entre os veículos?				
1.2.7	As vagas preferenciais estão vinculadas a rebaixamento da calçada e/ou rampa para facilitar o acesso de pessoas em cadeiras de rodas e/ou pessoas com dificuldade de locomoção?				
1.2.8	As vagas preferenciais estão vinculadas a rota acessível que interligue à biblioteca ou ao prédio no qual se localiza, livre de obstáculos como degraus, blocos de concreto, grelhas ou barras de ferro sobressalentes no piso? (Recomenda-se que as vagas preferenciais fiquem o mais perto possível da entrada principal ou da rota acessível opcional de entrada da biblioteca.)				
1.2.9	Na impraticabilidade de se executar rota acessível entre o estacionamento e as entradas acessíveis da biblioteca, há vagas de estacionamento exclusivas para pessoas com limitações físicas ou mobilidade reduzida interligadas às entradas através de rotas acessíveis?				
<b>1.3</b>	<b>Entrada da Biblioteca</b>				
1.3.1	Se a entrada da biblioteca possui degrau ou escada, há uma entrada alternativa com rampa de acesso ou elevador (horizontal ou inclinado) para acesso de pessoas com limitações físicas e sensoriais, bem como com dificuldades de locomoção?				
1.3.2	Se a entrada da biblioteca possui porta giratória ou outro dispositivo de segurança de ingresso que não seja acessível, há, junto a este, outra entrada que garanta condições de acessibilidade?				

1.3.3	A circulação da entrada da biblioteca é contínua, sem obstáculos à circulação dos usuários com mobilidade reduzida?				
1.3.4	A porta de entrada principal, bem como as internas, apresenta condições de acessibilidade, com um vão livre mínimo de 0,80 m e altura mínima de 2,10 m? (Em portas de duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter vão livre de 0,80 m.)				
1.3.5	As áreas de aproximação das portas em seu sentido de entrada possuem área livre de 1,20 m?				
1.3.6	As áreas de aproximação das portas em seu sentido de saída possuem área livre de 1,50 m?				
1.3.7	As portas têm condições de serem abertas com um único movimento? (Recomenda-se que o mecanismo de acionamento das portas exija força humana direta igual ou inferior a 36 <i>newton</i> – N <sup>6</sup> .)				
1.3.8	As maçanetas das portas são do tipo alavanca?				
1.3.9	As maçanetas das portas estão instaladas a uma altura entre 0,90 m e 1,10 m do piso?				
1.3.10	As portas de sanitários acessíveis apresentam puxador horizontal a uma altura entre 0,90 m a 1,10 m do piso, com largura de 0,40 m?				
1.3.11	Em portas providas de dispositivos de acionamento pelo usuário, estes estão instalados à				

<sup>6</sup>Newton (N) é uma unidade de medida de força.

	altura entre 0,90 m e 1,10 m do piso?				
1.3.12	Quando instalados no sentido de varredura da porta, os dispositivos de acionamento pelo usuário estão distantes entre 0,80 m e 1,00 m da área de abertura?				
1.3.13	Se as portas forem acionadas por sensores ópticos, estes estão ajustados para detectar pessoas de baixa estatura, crianças e pessoas em cadeiras de rodas?				
1.3.14	Nas portas acionadas por sensores ópticos, estão previstos dispositivos de segurança que impeçam o fechamento da porta sobre as pessoas?				
1.3.15	Em portas de correr, os trilhos ou as guias inferiores estão nivelados com a superfície do piso? (Eventuais frestas resultantes da guia inferior devem ter largura de no máximo 15 mm.)				
1.3.16	As portas apresentam na sua parte inferior, inclusive no batente, revestimento resistente a impactos provocados por bengalas, muletas e cadeiras de rodas, até a altura de 0,40 m a partir do piso?				
1.3.17	As portas apresentam cores contrastantes com relação à parede e entre parede e batente?				
1.3.18	Caso haja alguma porta de vidro, está possui uma faixa ao longo de toda a largura e outra na moldura indicando a existência desse elemento arquitetônico?				
1.3.19	As portas possuem sinalização tátil de orientação e de alerta?				

1.3.20	Se a biblioteca possui catracas na sua área de entrada principal, pelo menos uma em cada conjunto de catracas é acessível, ou seja, permite a rotação de 90° (1,20 m x 1,20 m) da cadeira de rodas? (Ver 4.3.3 da NBR 9050/2004.)				
1.3.21	As catracas acessíveis estão identificadas com a sinalização internacional de acessibilidade?				
1.3.22	Eventuais comandos da catraca acionáveis por usuários estão ao alcance manual entre 0,80m e 1,00m de altura do piso, considerando a catraca um comando de precisão?				
1.3.23	Eventuais comandos da catraca acionáveis por usuários são acessíveis para pessoas com limitação visual? (Recomenda-se que as informações visuais também estejam disponíveis em formato sonoro e tátil.)				
1.3.24	A biblioteca dispõe de planos e mapas táteis (horizontais ou inclinados) para orientação dos usuários? (Recomenda-se inclinação de até 15% em relação ao piso.)				
1.3.25	Os planos e mapas táteis horizontais ou inclinadas estão instaladas à altura entre 0,90 m e 1,10 m do piso permitindo o alcance manual e visual?				
1.3.26	Os planos e mapas táteis possuem uma reentrância na sua parte inferior com no mínimo 0,30 m de altura e 0,30 m de profundidade, para permitir a aproximação frontal de uma pessoa em cadeira de rodas?				
1.3.27	São disponibilizados, em bibliotecas muito extensas, equipamentos de auxílio à mobilidade para uso estrito ao espaço da biblioteca para usuários com dificuldades de locomoção?				

	(Recomenda-se que a biblioteca disponibilize, por exemplo, cadeiras de rodas motorizadas.)				
<b>1.4</b>	<b>Espaços Internos da Biblioteca</b>				
1.4.1	Nas entradas de acesso aos espaços, são evitados os contrastes excessivos nos níveis de iluminação a fim de facilitar a adaptação sensorial de pessoas com baixa visão?				
1.4.2	A biblioteca dispõe de comandos individuais de controle da iluminação artificial para seus diferentes ambientes?				
1.4.3	A biblioteca dispõe de mecanismos de aumento e diminuição da iluminação ambiental a fim de ajustar a intensidade de luz, evitando reflexo e radiação de calor?				
1.4.4	A iluminação, cores e contraste entre paredes, pisos e portas, entre maçanetas e portas e entre estas e o batente, é avaliada cuidadosamente, a fim de facilitar a percepção dos diferentes elementos arquitetônicos por pessoas com baixa visão?				
1.4.5	Por toda a biblioteca há uma rota acessível interligando o acesso de usuários a todas as áreas e setores desde a entrada principal?				
1.4.6	A organização interna dos espaços ( <i>layout</i> ) é claramente perceptível, evitando becos, áreas sem uso e qualquer outra configuração que possa causar confusão ou isolamento de pessoas com senso de orientação reduzido, como espelhos, portas de vidro e portas vai-vem, por exemplo?				

1.4.7	Caso existam zonas não acessíveis, com corredores estreitos ou desníveis sem rampas, estes estão sinalizadas antecipadamente, para evitar acidentes e trajetos desnecessários?				
1.4.8	A área livre para circulação de uma pessoa possui largura mínima de 1,20m?				
1.4.9	A área livre para circulação de duas pessoas possui largura mínima de 1,80m?				
1.4.10	A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas (sem deslocamento) com rotação de 90° possui o mínimo de 1,20m x 1,20m?				
1.4.11	A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas (sem deslocamento) com rotação de 180° possui o mínimo de 1,50m x 1,20m?				
1.4.12	A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas (sem deslocamento) com rotação de 360° possui o mínimo de diâmetro de 1,50m?				
1.4.13	A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas com deslocamento de 90° possui o mínimo de 0,90m (largura) x 1,60m (profundidade de entrada) x 2,00 (profundidade de saída)?				
1.4.14	A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas com deslocamento de 180° possui o mínimo de 1,50m (largura) x 1,90m (profundidade)?				
1.4.15	O <i>layout</i> das salas de leitura e de estantes de livros considera a utilização de usuários em cadeira de rodas, pessoas com mobilidade				



	reduzida, baixa estatura, obesas, com limitação visual, etc.?				
1.4.16	As dimensões internas e a disposição do mobiliário permitem a mobilidade de todas as pessoas, com acessórios de mobilidade (bastões, muletas, andadores, cadeiras de rodas, etc.)?				
1.4.17	A distribuição do mobiliário na biblioteca favorece o contato visual das pessoas que se encontram no interior da biblioteca evitando isolamentos?				
1.4.18	As sinalizações verticais em <i>Braille</i> ou texto em relevo estão instalados de maneira que a parte inferior da ceda <i>Braille</i> ou do símbolo ou do texto esteja a uma altura entre 0,90 m e 1,10 m do piso?				
1.4.19	As sinalizações visuais em áreas de circulação, quando suspensas, estão instaladas a uma altura livre mínima de 2,10 m do piso?				
1.4.20	A altura dos interruptores (de luz, de disjuntor, de tecla de estabilizador de computador, etc.) está entre 0,60m a 1,00m de altura do piso?				
1.4.21	Os interruptores de luz são de pressão, com grande superfície, diferenciados cromaticamente da parede onde se encontram?				
1.4.22	A altura das tomadas elétricas está entre 0,40m a 1,00m?				
1.4.23	A altura do quadro de luz está entre 0,80m a 1,20m?				
1.4.24	A altura de armários em geral, inclusive armários guarda-volumes, está entre 0,40m a 1,20m?				

1.4.25	A altura dos fichários atende às faixas de alcance manual e visual entre 0,40m e 0,90m de altura do piso?				
1.4.26	Se a biblioteca dispõe de bebedouro, este apresenta altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso, permitindo a aproximação frontal?				
1.4.27	Se a biblioteca dispõe de telefone público suspenso, este apresenta altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso, permitindo a aproximação frontal?				
<b>1.5</b>	<b>Pisos</b>				
1.5.1	Os pisos no interior da biblioteca apresentam superfície regular, firme, estável, sem trepidações que desencorajem o avanço normal no trajeto, considerando dispositivos com rodas?				
1.5.2	O piso da biblioteca é antiderrapante sob qualquer condição, que não provoquem riscos tanto em seco como em molhado? (Recomenda-se que para tal constatação se realize provas no local, simulando as situações mais favoráveis ao deslizamento, como o acúmulo de pó ou limpeza com água ou cera.)				
1.5.3	O piso da biblioteca é opaco? (Recomendam-se pisos que não provoquem reflexos excessivos com a iluminação local, pois desorientam pessoas com baixa visão.)				
1.5.4	A inclinação transversal do piso no interior da biblioteca é de, no máximo, 2% e a inclinação longitudinal de, no máximo, de 5%? (Inclinações superiores a 5% são consideradas rampas e,				

	portanto, devem atender a 6.4 da NBR 9050/2004.)				
1.5.5	A biblioteca apresenta uma área de descanso, fora da faixa de circulação, a cada 50 m, para piso com até 3% de inclinação?				
1.5.6	A biblioteca apresenta uma área de descanso a cada 30 m, para piso de 3% a 5% de inclinação?				
1.5.7	A biblioteca apresenta área de descanso para inclinações superiores a 5%? (Ver 6.5 da NBR 9050/2004.)				
1.5.8	As áreas de descanso estão dimensionadas para permitir a manobra de cadeiras de rodas? (Recomenda-se, sempre que possível, que sejam previstos bancos com encosto nestas áreas para usuários com mobilidade reduzida ou possíveis acompanhantes de pessoas em cadeiras de rodas.)				
1.5.9	O piso da biblioteca contrasta com as paredes e outros elementos arquitetônicos? (Recomenda-se que o piso contraste com as paredes, contudo, deve ser evitada no piso a utilização de superfícies que possam causar sensação de insegurança, por exemplo, estampas que pelo contraste de cores possam causar a impressão de tridimensionalidade em pessoas com limitações visuais.)				
<b>1.6</b>	<b>Capachos, forrações, carpetes e tapetes</b>				
1.6.1	Os capachos utilizados da biblioteca estão embutidos no piso e nivelados de maneira que eventual desnível não exceda 5 mm? (Recomenda-se que tapetes sejam evitados em				

	rotas acessíveis.)				
1.6.2	Os carpetes e forrações apresentam as bordas firmemente fixadas ao piso de maneira a evitar enrugamento da superfície?				
1.6.3	As felpas do carpetes apresentam altura inferior a 6 mm?				
<b>1.7</b>	<b>Desníveis</b>				
1.7.1	Desníveis de qualquer natureza são evitados? (Eventuais desniveis no piso de até 5 mm não demandam tratamento especial.)				
1.7.2	Os desniveis de piso estão em altura máxima de 5 mm?				
1.7.3	Os desniveis de piso que estejam entre 5 mm e 15 mm são tratados em forma de rampa?				
1.7.4	Os desniveis superiores a 15 mm são tratados como degraus e devidamente sinalizados?				
<b>1.8</b>	<b>Degaus e Escadas Fixas</b>				
1.8.1	O acesso a ambientes com degraus e escadas fixas estão associados às rampas acessíveis ou a equipamento de transporte vertical/inclinado? (Recomenda-se evitar a presença de escadas em rotas acessíveis.)				
1.8.2	Os espelhos dos degraus das escadas estão entre				

	o mínimo de 0,16 m e o máximo de 0,18 m?				
1.8.3	Os pisos dos degraus das escadas estão entre o mínimo de 0,28 m e o máximo de 0,32 m?				
1.8.4	A inclinação transversal das escadas não excede 1%?				
1.8.5	A largura das escadas fixas atende ao mínimo admissível de 1,20 m?				
1.8.6	O primeiro e o último degrau de um lance de escada estão a uma distância de no mínimo 0,30 m da área de circulação adjacente?				
1.8.7	Os degraus estão sinalizados conforme a figura 58 da NBR 9050/2004?				
1.8.8	As escadas fixas apresentam, no mínimo, um patamar a cada 3,20 m de desnível e sempre que houver mudança de direção?				
1.8.9	Entre os lances de escada existem patamares com dimensão longitudinal mínima de 1,20 m? (Os patamares situados em mudanças de direção devem ter dimensões iguais à largura da escada.)				
1.8.10	Os elevadores atendem integralmente ao disposto na ABNT NBR 13994, quanto à sinalização, dimensionamento e características gerais?				
<b>1.9</b>	<b>Rampas</b>				
	A largura das rampas está de acordo com o fluxo de pessoas? (A largura livre mínima recomendável				

1.9.1	para as rampas em rotas acessíveis é de 1,50 m, sendo o mínimo admissível 1,20 m.)				
1.9.2	As rampas apresentam inclinação máxima de 8,33%?				
1.9.3	A inclinação transversal não excede 2% em rampas internas?				
1.9.4	As rampas em curva apresentam inclinação máxima admissível de 8,33% e o raio mínimo de 3,00 m, medido no perímetro interno à curva?				
1.9.5	No início e no término da rampa existem patamares com dimensão longitudinal de no mínimo admissível 1,20 m, além da área de circulação adjacente?				
1.9.6	Entre os segmentos da rampa existem patamares com dimensão longitudinal mínima de 1,20 m, sendo o recomendável 1,50 m?				
1.9.7	Os patamares situados em mudanças de direção apresentam dimensões iguais à largura da rampa?				
1.9.8	A inclinação transversal dos patamares não excede 2%?				
1.9.9	As rampas apresentam a devida previsão de áreas de descanso nos patamares a cada 50 m de percurso?				
<b>1.10</b>	<b>Corrimãos</b>				
	Os corrimãos estão instalados em ambos os lados				

1.10.1	dos degraus isolados, das escadas fixas e das rampas?				
1.10.2	Os corrimãos são feitos de material rígido?				
1.10.3	Os corrimãos estão firmemente fixados às paredes, oferecendo condições seguras de utilização?				
1.10.4	Os corrimãos estão sinalizados? (Conforme 5.11 da NBR 9050/2004.)				
1.10.5	Os corrimãos possuem altura entre 0,70 m e 0,92 m do piso?				
1.10.6	Os corrimãos possuem diâmetro entre 3,0 cm e 4,5 cm?				
1.10.7	Os corrimãos estão afastados da parede no mínimo a 4,0 cm?				
1.10.8	Quando embutidos na parede, os corrimãos estão afastados 0,15 m da face superior da reentrância?				
1.10.9	O corrimão permite boa empunhadura e deslizamento, sendo preferencialmente de seção circular?				
1.10.10	Os corrimãos laterais prolongam-se pelo menos 0,30 m antes do início e após o término da rampa ou escada, sem interferir com áreas de circulação ou prejudicar a vazão?				
1.10.1	As extremidades dos corrimãos apresentam acabamento recurvado? (Recomenda-se que as				

1	extremidades sejam fixadas ou justapostas à parede ou piso, ou ainda tenham desenho contínuo, sem protuberâncias.)				
1.10.1 2	Os corrimãos laterais são contínuos, sem interrupção nos patamares das escadas ou rampas?				
1.10.1 3	Para degraus isolados e escadas, a altura dos corrimãos está a 0,92 m do piso?				
1.10.1 4	As rampas apresentam corrimãos laterais instalados a 0,92 m e a 0,70 m do piso, medidos da geratriz superior? (Opcionalmente, para escadas, podem ser instalados corrimãos laterais a essas duas alturas.)				
1.10.1 5	Quando se tratar de escadas ou rampas com largura superior a 2,40 m, estas apresentam corrimão intermediário?				
1.11	<b>Corredores</b>				
1.11.1	Os corredores estão dimensionados de acordo com o fluxo de pessoas? (Conforme 6.10.8 da NBR 9050/2004.)				
1.11.2	Os corredores de uso comum com extensão de até 4,00 m apresentam largura mínima de 0,90 m?				
1.11.3	Os corredores de uso comum com extensão de até 10,00 m apresentam largura mínima de 1,20 m?				
	Os corredores de uso comum com extensão superior a 10,00 m apresentam largura mínima de				



1.11.4	1,50 m?				
1.11.5	Os corredores apresentam uma faixa ampla para a circulação, livre de jarros com vegetação ou outros obstáculos que obstruam a acessibilidade?				
1.12	<b>Sanitários</b>				
1.12.1	Se a biblioteca dispõe de sanitário para os usuários da biblioteca, este está acessível para pessoas com limitações físicas ou dificuldades de locomoção, de uso preferencial destas, conforme 7.3 da NBR 9050/2004?				
1.12.2	O sanitário acessível de uso preferencial está localizado dentro de uma rota acessível?				
1.12.3	O sanitário de uso preferencial por pessoas com limitações físicas ou dificuldades de locomoção está devidamente identificado pela sinalização internacional de acessibilidade?				
2	<b>ACESSIBILIDADE DO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS</b>				
2.1	<b>Balcão de Atendimento ao Usuário</b>				
2.1.1	O balcão de atendimento aos usuários está localizado em rota acessível?				
2.1.2	No balcão de atendimento aos usuários, em algum trecho de sua longitude, por aproximadamente 0,90 cm, apresenta altura de no máximo 0,90 m do piso, permitindo o contato visual entre o usuário (pessoas em cadeiras de rodas, pessoas de baixa				

	estatura e crianças) e o bibliotecário/auxiliar?				
2.1.3	O balcão de atendimento aos usuários é acessível a pessoas em cadeiras de rodas, ou seja, apresenta um módulo de referência posicionado para a aproximação frontal ao balcão? (O módulo de referência deve apresentar altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso e profundidade livre inferior de no mínimo 0,30m para a aproximação frontal de pés e joelhos de pessoas em cadeiras de rodas.)				
2.1.4	A parte superior do balcão de atendimento é livre de barreiras como vidros, barras, etc.?				
2.1.5	A mesa do balcão de atendimento apresenta revestimento opaco? (Recomenda-se que não seja utilizado verniz ou qualquer outro revestimento, polimento brilhante que cause reflexos, prejudicando o equilíbrio sensorial de pessoas com baixa visão.)				
<b>2.2</b>	<b>Mesas ou Superfícies para Trabalho, Leitura e/ou Estudo</b>				
2.2.1	As mesas estão localizadas junto às rotas acessíveis e, preferencialmente, distribuídas por todo o espaço?				
2.2.2	No entorno das mesas é garantida uma faixa livre de circulação de 0,90 m e área de manobra para o acesso às mesmas?				
2.2.3	As mesas de leitura e estudo permitem a aproximação frontal completa, especialmente de pessoas em cadeiras de rodas, com altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso, com módulo de referência possibilitando avançar sob as mesas				

	ou superfícies até no máximo 0,50 m?				
2.2.4	As mesas apresentam altura e posição acessíveis e confortáveis? (Recomenda-se a altura entre 0,75 m e 0,85 m do piso.)				
2.2.5	As mesas apresentam arredondamento dos ângulos a fim de evitar acidentes com pessoas em cadeiras de rodas, de baixa estatura e crianças?				
2.2.6	As mesas apresentam revestimento opaco? (Recomenda-se que não seja utilizado verniz ou qualquer outro revestimento, polimento brilhante que cause reflexos, prejudicando o equilíbrio sensorial de pessoas com baixa visão.)				
2.2.7	Pelo menos 5% das mesas ou superfícies para estudo, leitura ou trabalho são acessíveis? (Recomenda-se que, no mínimo, um do total das mesas, deve ser acessível e, pelo menos, 10% sejam adaptáveis para acessibilidade.)				
2.2.8	Há suporte para apoio de textos complementares junto à mesa do computador? (Recomenda-se o suporte seja fixado lateralmente ou colocado ao lado da mesa na altura adequada ao usuário.)				
2.2.9	As cadeiras para uso nas mesas de estudo e leitura são flexíveis ao deslocamento? (Recomenda-se que as cadeiras não sejam fixadas no chão, mas reguláveis para se adaptar às características físicas dos usuários, permitindo uma postura ereta e cômoda.)				
2.3	<b>Computadores/Terminais de Consulta</b>				

2.3.1	Pelo menos 5% do total de terminais de consulta por meio de computadores e acesso à internet são acessíveis a pessoa em cadeira de rodas ou mobilidade reduzida? (Recomenda-se que, no mínimo, um seja acessível e, pelo menos, 10% sejam adaptáveis para acessibilidade.)				
2.3.2	Os computadores destinados aos usuários estão acessíveis, ou seja, os elementos que garantem a sua acessibilidade integral como a sala, o mobiliário, as partes integrantes do computador e seus periféricos, atendem a requisitos de acessibilidade?				
2.3.3	O mobiliário e os elementos que constituem o computador são ajustáveis de forma simples, direta, segura e com tolerância ao erro?				
2.3.4	A tela, a torre e os periféricos do computador são flexíveis e independentes na sua localização, possibilitando, por exemplo, aproximar/afastar a tela, bem como substituir os componentes por outros mais adaptados às necessidades dos diferentes usuários?				
2.3.5	Os botões de liga/desliga, manipulação de disquete, CD-ROM, e outros dispositivos são acessíveis ao alcance manual entre 0,40m a 1,20m de altura do piso?				
<b>2.4</b>	<b>Estantes</b>				
2.4.1	As estantes de livros possuem, entre elas, distância mínima de 0,90m de largura? (Recomenda-se que a distância adequada seja de 1,80m, permitindo a mobilidade de até duas pessoas em cadeiras de rodas.)				
	Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, há				

2.4.2	um espaço que permita a manobra de cadeira de rodas? (Recomenda-se que o espaço atenda a uma área livre para manobra com deslocamento de 180°)				
2.4.3	A disposição dos livros nas estantes atende ao alcance manual confortável de, no máximo, 1,20 m de altura do piso?				